

REGISTO/SEMINÁRIO

SOCIOLOGIA POPULACIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

UMA APROXIMAÇÃO AOS DADOS ESTATÍSTICOS

ATELIER DE SOCIOLOGIA URBANA*

NOTA DE APRESENTAÇÃO

De acordo com o esquema pedagógico e de iniciação à pesquisa empírica do Seminário de Sociologia Urbana do ISCTE, decidiu-se criar no ano lectivo de 1984-85, uma «estrutura intermédia» — e que se designou de **Atelier** de pesquisa urbana — entre o funcionamento daquele seminário, propriamente dito, e a realização dos diversos trabalhos, de natureza empírica, a que os Alunos se encontram obrigados no termo do respectivo Curso de Sociologia do ISCTE. O texto que se segue, dá conta dos resultados parciais de um dos Ateliers criados no quadro daquele Seminário.

O tipo de trabalho realizado — «uma aproximação aos dados estatísticos» — bem como as condições da sua realiza-

ção — agregando diversos grupos de alunos que, embora tendo projectos de estudo relativamente diferenciados, participaram, globalmente, num mesmo processo de «socialização» da pesquisa, conferem, ao presente documento, uma natureza **exploratória** e **experimental** no que se refere aos resultados apresentados. Os autores deste documento estão cientes, por isso, que o que se publica é, ainda, uma «matéria-prima», já relativamente elaborada, mas longe das potencialidades explicativas do **que é, como se organiza e quem constitui** a Área Metropolitana de Lisboa!

Em todo o caso, a **aposta** foi ganha! Sem recurso a métodos informáticos, nem a técnicas estatísticas muito elaboradas, tal documento constitui, ao fim e

* J. Cabrita, A. Cardoso, M. Carreira, E. Ferreira, L. Manata, A. Moreno, M. Pereira, H. Perista, M. Pimenta, D. Tavares e D. Vaz, alunos do Seminário terminal de Sociologia Urbana, do curso de Sociologia do ISCTE, 1984-1985.

ao cabo, um **retrato sociográfico** da realidade em causa. Como orientador e participante na elaboração dos resultados apresentados, sinto-me co-responsável, antes de mais, das insuficiências analíticas desses mesmos resultados, mas, finalmente, co-Autor de um documento que só espera vir a ser um novo ponto de partida para posteriores desenvolvimentos analíticos. Se a aposta foi ganha, interessa que este desafio o seja, igualmente! (Vitor Matias Ferreira).

1. Composição demográfica da Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.), 1960-1981

1.1. Crescimento, variação e densidade demográficas

Em termos de concentração demográfica, o conjunto da Área Metropolitana de Lisboa, (A.M.L.), tem vindo a registar um constante crescimento que se acentuou, sobretudo, a partir da década de 1960/70. De notar, desde já, que a um crescimento negativo, do concelho de Lisboa, no decénio de 1960/70, corresponde uma expansão demográfica da Periferia. A A.M.L. que, no seu conjunto, contava, em 1960, com uma população residente de 1.372.243 hab., passa, em 1981, para 2.279.975 habitantes, a que corresponde um acréscimo de 66,1%. Nesse período (1960/81) cresceu a uma taxa média anual de 2,5%, valor idêntico ao registado na Margem Norte da A.M.L. (2,3%), verificando-se, contudo, uma maior intensificação no crescimento da Margem Sul da A.M.L. (3,9%). (Vide quadro I e gráfico I).

Com excepção de Lisboa (0,04%), Alcochete (0,9%) e Montijo (1%), os restantes concelhos da A.M.L. apresentaram, para o período considerado, um crescimento médio anual sempre supe-

rior ao conjunto da área, com relevo para os concelhos da Amadora (1) (6,3%) e do Seixal (7,5%), que apresentam os valores máximos neste período. (gráf. I). De notar, ainda, que estes dois últimos concelhos apresentam valores médios de crescimento superiores ao resto da A.M.L., mas em décadas diferentes. Assim, a Amadora cresceu fortemente na década de 1960/70, com uma taxa média anual de 9%, enquanto que o Seixal regista valor idêntico, mas em 1970/81. Inversamente, Lisboa é o único concelho em que a taxa de crescimento apresenta um valor negativo (-0,5% em 1960/70) enquanto que Montijo é o único concelho que regista um crescimento negativo acentuado (-1,3%), mas em 1970/81 (Gráf. I). Assim, com a diminuição do peso relativo e absoluto do concelho de Lisboa, no contexto da A.M.L., e excepção feita ao Montijo, verifica-se um forte crescimento, em todos os outros concelhos, o que vem acentuar o dinamismo demográfico das áreas periféricas.

Essa evolução aparece reforçada, se considerarmos o peso (sempre decrescente) do concelho de Lisboa, no contexto da área metropolitana. Em 1960, Lisboa concentrava 58,5% da população residente, passando em 1981 a concentrar apenas 35,6%. Relativamente às duas margens da A.M.L. nota-se uma diminuição contínua, em termos relativos, da Margem Norte (concentra 85,6% em 1960 e 81,6% em 1981), e um aumento na Margem Sul (de 14,2% em 1960 passa para 18,4% em 1981). De notar, ainda, que os concelhos da A.M.L. que mais acusaram o «boom» demográfico, não só foram os que se localizam mais próximo do «centro urbano principal» (a cidade de Lisboa) como os que apresentam melhores eixos de comunicação com esse «centro urbano».

O aumento global da população na

A.M.L. no período de 1960-81, não significou um aumento da sua área total, mas o preenchimento de espaços anteriormente «vagos» e ao aparecimento de novas aglomerações urbanas, num processo gradual de conquista dos espaços rurais. Os mapas inseridos (vd. mapa 2) que representam as densidades populacionais em 1960, 1970 e 1981, acentuam, indirectamente, o aumento da população, ilustrando aquele processo.

Desde 1960, a A.M.L. tem vindo a registar valores crescentes de densidade populacional. No curto espaço de 20 anos (1960-81), a densidade global desta Área passa de 781 hab. Km² para 1.297 hab. Km², com relevo para a Margem Norte, que apresenta, nesses anos, densidades superiores ao conjunto da A.M.L., contrastando com a M. Sul onde as densidades são relativamente mais baixas.

É principalmente na área envolvente da cidade de Lisboa que se registam os valores mais elevados de densidade em 1981. Concretamente, na Margem Norte: Amadora — 6.894 hab. Km²; Oeiras — 3.264 hab. Km²; Loures — 1.481 hab. Km²; Cascais — 1.457 hab. Km²; e na Margem Sul: Barreiro — 2.604 hab. Km² e Almada 2.110 hab. Km², o que vem reforçar a ideia que a concentração e expansão populacionais se verificaram, sobretudo, ao longo dos eixos viários e nos concelhos com maior ligação ao «centro urbano principal». De notar o caso da Amadora que apresenta valores crescentes elevadíssimos no período considerado. Registe-se, ainda, a fraca densidade populacional, naquele período, verificada nos concelhos de Alcochete, Montijo e V. F. Xira. É possível, assim, detectar ao longo daqueles anos, com relevo a partir de 1970, algumas manchas de concentração demográfica. Temos, pois, neste tipo de configuração, uma área que engloba, a

Norte, os concelhos de Oeiras, Amadora, Cascais e Loures, e a Sul, os do Barreiro e Almada, com crescente peso dos concelhos do Seixal e Moita.

Em termos concelhios, verificamos, assim, que de 1960 para 1970, os concelhos de Loures, Sintra, Cascais e Amadora (este com um aumento espectacular de 137%), na Margem Norte, e dos do Seixal, Barreiro e Almada na M. Sul têm aumentos superiores a 50% nesse período. Segue-se um segundo grupo, com aumentos superiores a 30% — V. F. Xira, Oeiras, Moita e Montijo —, sendo Alcochete, o concelho em que se verifica um aumento inferior (12%), (Mapa 1). Entre 1970 e 1981, esses valores acabam por ser reforçados, salvo raras excepções. Deste modo, desenha-se na Margem Norte uma mancha de concelhos com fortes acréscimos populacionais: V. F. Xira, Loures, Sintra, Cascais, Oeiras, só acompanhados na Margem Sul pelo Seixal (134,1%). De assinalar, ainda, o caso «estranho» (pois não acompanha o dinamismo demográfico dos outros concelhos) do Montijo, que regista, na década de 1970/81, uma diminuição da população (-12,6%).

A uma certa estagnação na evolução populacional do concelho de Lisboa (-5,2% em 1960/70 e +6,3% em 1970/81), observa-se, naquele período, um grande dinamismo demográfico nos restantes concelhos da A.M.L., que constituem uma Periferia cada vez mais congestionada nas suas aglomerações urbanas, com os correspondentes custos sociais que daí advêm, para as suas populações.

1.2. Caracterização populacional: sexos e idades

Vimos que a fixação da população na A.M.L. tem vindo a acentuar-se ao longo do período considerado e que,

apesar da Margem Norte concentrar a maior parte da população, em termos relativos a Margem Sul denota uma maior dinâmica de crescimento. Relativamente à estrutura da população por sexos, nota-se, para o período (1960-81), que a população feminina é sempre superior à masculina, apesar desta relação apresentar tendência para uma diminuição. Em 1960, existem mais 6,4% de mulheres do que homens e em 1981 mais 4,4%. Este relativo desequilíbrio na distribuição por sexos, está também patente nas duas margens da A.M.L., onde se verifica a mesma configuração nas três décadas, com relevo para a Margem Norte onde a relação é mais acentuada. Assim, nesta Margem existem mais 7,3% (1960), 7,4% (1970) e 5% (1981) mulheres do que homens, contra 0,6% em 1960, 2,2% em 1970 e 1,6% em 1981, para a mesma relação na Margem Sul.

Ao nível concelhio, verificamos algumas discrepâncias em relação aos valores da A.M.L. e das respectivas Margens, Norte e Sul. Com efeito, em 1960, nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira (M. Norte), haviam mais homens que mulheres, o mesmo se verificando nos concelhos do Seixal, Moita e Montijo (M. Sul), embora as diferenças encontradas não sejam muito significativas. Em 1970, um único concelho apresenta mais homens que mulheres — Moita — apesar da diferença ser mínima. Nos restantes concelhos verifica-se uma tendência contrária, facto que vem a ser reforçado a partir de 1981, em que todos os concelhos da A.M.L. apresentam valores percentuais de população feminina superior à masculina.

Passemos, seguidamente à análise da estrutura etária por grandes grupos de idade, representados no gráfico 2. Comparando estes grupos, nas três décadas, verificamos que a percentagem dos grupos extremos — Jovens (0-

-19 anos) e Idosos 60 e + anos) — tem vindo a aumentar de forma contínua na A.M.L. Inversamente, os Adultos (20-59), apresentam valores decrescentes no mesmo período. Igual tendência se nota em relação à Margem Norte. Na Margem Sul, enquanto os Idosos aumentam continuamente, o grupo de Jovens sofre um pequeno decréscimo em 1970, voltando em 1981 aos valores verificados em 1960. Há que referir, ainda, que a percentagem de Jovens, nas três décadas, nesta Margem, é sempre superior à da Margem Norte. Quanto ao escalão dos Adultos, em 1960, notavam-se valores superiores na Margem Norte, em relação à Margem Sul (60,1% e 58,4%, respectivamente). Em 1970 e 1981 invertem-se os termos, apresentando este escalão de Adultos da margem Sul, em 1971 (57,6% contra 56,2% na Margem Norte) uma tendência semelhante em 1981 (56% e 55,1%, respectivamente).

Analisando, sucintamente, as pirâmides de idade, nas três décadas, (Gráf. 3) verificamos que, no seu conjunto, a A.M.L. apresenta uma pirâmide relativamente jovem, apesar de se notar um certo «déficit» nos grupos intermédios, a partir de 1970. Reportando-nos às duas Margens, podemos concluir que a Margem a sul do Tejo, apresenta uma população mais jovem, embora não se possa afirmar que a população da Margem Norte seja envelhecida. Existe uma excepção, no entanto, para o concelho de Lisboa, que em 1981 apresenta uma população bastante envelhecida. Em contrapartida, o concelho da Amadora, apresentando uma pirâmide de idades com uma base bastante alongada a um topo reduzidíssimo, constitui, no conjunto da A.M.L., um caso exemplar de uma população bastante jovem.

2. Dinâmica e mobilidade da população da A.M.L., 1981

2.1. Origem geográfica da população residente

Mais de metade (55%) da população residente na A.M.L., em 1981, nasceu fora desta área, sendo a sua distribuição repartida pelo conjunto do território (quadro II) encontrando-se, no entanto, alguns distritos com uma proporção superior de naturalidade, como são os casos de Setúbal, Viseu, Santarém, Beja e Castelo Branco. Contudo, o seu peso é diferenciado nas duas Margens da A.M.L. conforme se pode ver no caso de Setúbal, que, tendo um peso de 7,8% no contexto da A.M.L., representa apenas 1,8% na Margem Norte e 34,2 na Margem Sul, sendo aí o distrito de naturalidade mais elevado, seguido de Lisboa com 19,5%. Esta diferença pode ainda ser constatada no caso de Beja que tem um peso elevado (4,7%) na Margem Sul.

Se agregarmos por grandes manchas territoriais poderemos ver algumas diferenças significativas, no que se refere à origem daquela população residente, como no caso do Alentejo que ao nível da A.M.L., apresenta um peso de 9%, enquanto na Margem Sul da A.M.L. o seu peso é de 15,9%. Guarda /Viseu têm um peso de 7% ao nível da A.M.L. com 4,4% na Margem Sul. Significativamente, as Zonas mais a norte do país, têm uma importância diminuta, em termos de naturalidade da população residente na A.M.L.

No caso concreto dos concelhos da Amadora e Lisboa, que o Atelier privilegiou, verificamos que, na Amadora, a população oriunda do distrito de Lisboa ronda os 45%, enquanto o Alentejo aparece com 11,6%, aproximando-se mais da média da A.M. Sul. Guarda

/Viseu têm um peso de 8%, ligeiramente superior à média da A.M. Norte, o que aliás também acontece no concelho de Lisboa onde no entanto o peso do Alentejo desce para 5,1%, bastante abaixo da média da área.

Em termos de migrações internas na Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.) entre 1973/81, o Quadro III é bastante elucidativo.

O total de «entradas» foi de 494 277 pessoas, que correspondem a mais de um quinto (21,7%) do total da população residente em 1981 (Quadro IV).

Analisando as diversas proveniências de «entrada» na A.M.L. encontramos o Retorno das Ex-Colónias (39,6%) como o factor de maior crescimento populacional neste período, seguindo-se, com 31,8%, as deslocações dos distritos de Lisboa e Setúbal para a A.M.L. O Retorno do Estrangeiro é responsável por 5,2% das «entradas», cabendo ao resto do país 23,4%.

Se excluirmos o Retorno das Ex-Colónias, que correspondem a uma conjuntura específica, encontramos na atracção que a A.M.L. exerce sobre a sua Periferia, a responsabilidade por aquele crescimento populacional. Enquanto as migrações do país ainda matêm um peso acentuado, pensamos, no entanto, que os próximos anos poderão vir a modificar este panorama, isto é, o crescimento poderá, no futuro, corresponder mais ao crescimento endógeno do que exógeno, devido à fixação das populações ou apenas à circulação interna na Área Metropolitana de Lisboa.

No caso dos concelhos limítrofes de Lisboa, o seu crescimento aponta para a absorção de população «expulsa» de Lisboa em procura de uma habitação mais acessível e mais noya (Amadora, Loures e Sintra receberam, cada um deles, cerca de 44% de população oriunda do distrito de Lisboa, assim

como, a Sul, Almada e Seixal, com 60 e 68% de população vinda de Lisboa).

Se analisarmos agora o quadro IV, referente ao peso da população «entrada», na população residente, vemos que Oeiras e mesmo Sintra tiveram um acentuado crescimento nestes últimos anos, devido ao volume de «entradas» de população e que se manifesta, essencialmente, no crescimento das freguesias de Carnaxide (Oeiras) e Agualva-Cacém (Sintra). A sul, encontramos o Seixal como paradigmático desta «explosão demográfica», a que não será estranha a fixação de populações na Quinta do Conde (zona completamente «clandestina») e o desenvolvimento da freguesia de Corroios.

Analisando, por último, os casos dos concelhos da Amadora e Lisboa, vemos que, no primeiro, são as «entradas» respeitantes ao distrito de Lisboa que têm um maior peso no crescimento, assim como na população residente, seguidas do Retorno das Ex-Colónias, enquanto em Lisboa se dá o inverso, sendo o peso do distrito substituído pelo resto do país, reforçando, assim, a imagem da cidade como pólo de atracção.

Numa comparação final dos dados, e no seguimento do que temos vindo a dizer, poderemos concluir que a situação tenderá para uma estabilização (ou mesmo diminuição) dos fluxos de «entradas», correspondendo este período dos anos 80 a uma maior movimentação interna na A.M.L., reflexo de uma espacialização terciária da cidade de Lisboa, promovendo, portanto, a expulsão da população residente para as Periferias onde o mercado de habitação oferece outras condições. No entanto, devido à alta densidade populacional da primeira «coroa envolvente» e à especulação de terrenos, é numa «segunda coroa» (onde podemos referir Sintra e Seixal) que esse crescimento se irá acentuando.

2.2. Fluxos e meios de circulação na Área Metropolitana de Lisboa (1981)

Sem necessidade de grandes cálculos, sabemos existirem, porque o vemos e sentimos diariamente, milhares de pessoas que, no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa, se deslocam para trabalhar bem longe do seu local de residência. E o que os dados apurados pelo I.N.E., para 1981, mostram, é precisamente esse facto: mais de 300.000 trabalhadores são, diariamente, protagonistas de um constante, e quantas vezes penoso, «vaivém» entre o seu local de residência e o seu local de trabalho.

Mas de onde vêm e para onde vão esses trezentos mil trabalhadores que correspondem 'só' a cerca de 35% de toda a população activa da área metropolitana? Em termos de grandes áreas geográficas, ou seja, comparando a Margem Norte com a Margem Sul, a primeira constatação a fazer é a de que a maior parte dos fluxos diários se fazem entre os próprios concelhos da Margem Norte — cerca de 78% do total — e, em muito menor escala, entre os concelhos da Margem Sul para os da Margem Norte — 14%. Se atendermos a que, só o concelho de Lisboa, atrai 240.518 trabalhadores das suas Periferias, o peso desproporcional da Margem Norte fica largamente explicado pelo papel que Lisboa desempenha, no conjunto das modificações diárias na Área Metropolitana. Isto é, as grandes movimentações que se registam na Margem Norte, não correspondem a trocas intensas entre os seus concelhos mas, quase unicamente, entre esses concelhos e Lisboa.

Passando a nossa análise para o nível concelhio, podemos ver, precisamente, que, e com as 'honrosas' excepções de Alcochete, Moita e Montijo (ver gráfico n.º 4), a maior parte das pessoas que saem para trabalhar fora dos con-

celhos de residência, o fazem ir trabalhar a Lisboa. A reter, pois, que Lisboa, «centro metropolitano», se assume, logicamente, como o grande centro de atracção de mão-de-obra das suas Periferias, como pólo de atracção de toda a Área Metropolitana. E isto, à custa, obviamente, de concelhos como a Amadora, Oeiras, Loures e Sintra, em que, não só mais de 50% da sua população activa residente trabalha fora do próprio concelho, como o faz maioritariamente em Lisboa, atestando, assim, a sua grande dependência e estatuto de 'dormitório' em relação ao «centro metropolitano». De resto, só a Amadora, Oeiras, Loures e Sintra são responsáveis pela geração de 62% do total dos fluxos na Área Metropolitana! Escusado será dizer que esta autêntica 'sangria' de mão-de-obra não é, de forma alguma, compensada, pelo próprio poder de atracção destes concelhos, como facilmente se poderá verificar no gráfico n.º 5.

Mas, se a maior parte dos concelhos inseridos no que se convencionou designar por Área Metropolitana de Lisboa, apresenta grande dependência em termos de emprego, face a Lisboa, também existem três concelhos muito 'sui generis', devido ao seu afastamento desta tendência quase linear. São eles Montijo, V. F. Xira e Alcochete, em que, respectivamente, apenas 16,7%, 30,6% e 34,7% da sua população activa residente trabalha fora do próprio concelho. E, em relação à sua população activa, que trabalha em Lisboa, tal facto é ainda mais evidente: 4,5%, 19,5% e 5,5%, respectivamente. Significa tal, uma «auto-suficiência» produtiva destes concelhos, em relação ao «centro metropolitano»? Ou um puro e simples desfazamento e uma não inserção no conjunto da Área Metropolitana? Parece que nada autoriza a tirar ilações demasiado apressadas, uma vez que, se é verdade que ao nível restrito

dos fluxos de mão-de-obra, as trocas com o conjunto da Área Metropolitana (e sobretudo em Lisboa) são pouco significativas, já nada autoriza a falar em alheamento de toda uma dinâmica de crescimento da Área Metropolitana (como, de resto, pode ser visto nos outros capítulos). Ou seja, se a este nível, e em relação a estes três concelhos, tudo levaria a supor serem muito problemáticas as suas relações com uma Área Metropolitana, de limites ainda pouco precisos, já o recurso a outros níveis de análise, que não apenas os fluxos de mão-de-obra, poderá permitir clarificar essa questão.

Uma referência, apenas, àquela que parece ser uma tendência geral: a direcção em que parece processar-se as principais movimentações diárias. Como se pode ver no mapa n.º 3, a maior parte das deslocações inter-concelhos tende a fazer-se, esmagadoramente, com os concelhos limítrofes e em torno dos grandes eixos de circulação dos transportes públicos. Ora tal parece resultar, em parte, de uma sujeição a imperativos de acessibilidade, entre local de residência/local de trabalho, acessibilidade determinada pela própria rede de transportes existentes. E isto porque, e como se pode ver no gráfico 5, é de facto o transporte público (autocarro, comboio ou barco) o meio de deslocação predominante para aqueles que trabalham fora do seu próprio concelho, tendo o automóvel particular importância variável, mas, de qualquer forma, sempre reduzida. Mas a questão da acessibilidade dificilmente poderá, por si própria, explicar exclusivamente a dimensão e a direcção dos diferentes fluxos. Isto é, não será só por questões de acessibilidade que os concelhos da Margem Norte produzem importantes fluxos na direcção de Lisboa, ao contrário do que sucede com os concelhos da Margem Sul. É evidente que a «procura de residência» está, até determi-

nado nível, sujeita a factores com o o fácil acesso a transportes públicos, tempo de deslocação local de trabalho/residência e o próprio custo dos transportes. Mas, se atentarmos à composição sócio-profissional dos diferentes concelhos e se tivermos em conta que Lisboa é, sobretudo, um centro de oferta de empregos terciários e a Margem Sul de emprego industrial, poderemos, talvez, perceber que os diferentes fluxos dentro da Área Metropolitana mostram, sobretudo, um sistema previamente estruturado, cuja «acessibilidade» é, ela própria, resultante de uma determinada divisão económica e social da Área Metropolitana de Lisboa.

O caso da Amadora apresenta-se como paradigmático: o importante contingente de mão-de-obra, que se desloca diariamente para trabalhar em Lisboa, e que, como vimos, é superior, em número, à que trabalha no próprio concelho, é, em parte, o resultado de um processo de urbanização dirigido a uma nova pequena burguesia que, 'expulsa' ou não de Lisboa, se foi 'instalando' na Amadora. Com as consequências que se conhecem: incapaz de fazer 'frente' ao grande «centro metropolitano» em termos de oferta de empregos terciários, a Amadora vê, hoje, diariamente confirmada, a sua condição de 'dormitório' da grande capital.

3. Composição sócio-profissional da A.M.L. — 1981

Pretende-se dar conta da estrutura sócio-profissional da A.M.L., globalmente e ao nível os concelhos que a compõem, permitindo, igualmente, colocar a questão sobre o lugar da A.M.L. no contexto do país. O material empírico de base é fornecido pelo INE

(1981) e diz respeito à população residente activa (civil) a exercer uma profissão. Esta informação permite cruzar os vários grupos profissionais (C.N.P.) com a respectiva situação na profissão.

As limitações são, no entanto, numerosas e conhecidas. Em determinados grupos de profissões são facilmente detectáveis significativas ambiguidades nos critérios que subjazem à classificação das profissões, sendo, por isso, mais operacionalizáveis a partir das teorias da estratificação social; outras limitações prendem-se com a ausência de dados relativos, por exemplo, à existência de assalariados temporários, aos níveis de qualificação e a uma maior especificação interna a cada uma das categorias profissionais (2). Perante estas limitações e ambiguidades, um trabalho de delimitação de classes sociais exige o máximo rigor possível, sem contudo se excluir a discutibilidade dos conceitos e procedimentos que lhe servem de suporte.

3.1 População activa de A.M.L.

Para responder a questões que envolvem a estrutura de classes da A.M.L., entendemos por conveniente operar uma divisão na A.M.L., dividindo-a em A.M.L.-Norte e A.M.L.-Sul, de forma a facilitar a análise da sua estrutura de classes.

Da leitura do quadro V podemos constatar que o grupo social maioritário na globalidade da A.M.L. é constituído por uma das fracções da «nova pequena burguesia» (NPB), Fracção III, com 40,8% da população empregada. Este grupo, portadores de trabalho manual «não-produtivo de não supervisor», engloba os empregados dos diversos ramos e sectores, dos escritórios, do comércio, dos serviços, da administração pública, etc. A «N.P.B.»

constitui 63% da população activa da A.M.L., o que configura a supremacia dos «white collars» nesta área metropolitana. Tal facto aponta para um significativo nível de «terciarização», destacando Lisboa (centro aglutinador de toda a área metropolitana) com 71,6% de efectivos dessa classe. Está aqui em causa uma maior especialização terciária do centro metropolitano, podendo-se levantar a hipótese da sua capacidade de absorção de mão-de-obra terciária dos concelhos periféricos.

A «Classe Operária» constitui a segunda classe maioritária na A.M.L., detendo 27,1% da população empregada. Porém, na A.M.L.-Norte, o único concelho em que esta classe detém a primeira posição na estrutura de classes é V. Franca de Xira; ao contrário, na A.M.L.-Sul, além de ser maioritária, ocupa igualmente essa posição na quase generalidade dos concelhos, exceptuando Almada (com 32,6%) e o caso particular do Barreiro (com 38,7%); curiosamente, neste último concelho (de tradição industrial conhecida) a diferença entre a classe operária e a «NPB-Fracção II» é mínima (inferior a um ponto) o que prefigura mudanças na composição social da população activa ali residente, deixando supor, como possível explicação para tal facto, ainda que seja só um aspecto do problema, a fixação de activos do terciário que ali acorreram, configurando este concelho, como fornecedor de mão-de-obra terciária a Lisboa (além de Almada) na A.M.L.-Sul.

A pequena burguesia tradicional (campesinato e outros) tem uma expressão diminuta no contexto da A.M.L. (3); o mesmo se poderá afirmar, em termos percentuais do patronato. Já relativamente ao continente a «Burguesia» ocupa um significativo peso, como veremos.

De acordo com a distinção operada

na A.M.L. (A.M.L.-Norte e A.M.L.-Sul) e isolando Lisboa temos (cf. gráfico n.º 6):

a) **Em Lisboa:** «N.P.B.» claramente maioritária, atingindo as fracções II e III, 70% da população empregada.

b) **Na A.M.L.-Norte:** A «N.P.B., fracção III» ocupa a primeira posição na estrutura de classes (39%) seguida da «Classe Operária» (29,5%). Os concelhos onde a «N.P.B.» detém um avanço significativo sobre a «Classe Operária» são: Oeiras (72,7%); Cascais (66,2%); Amadora (61,7%) e Loures (57,3%). No concelho de V. F. de Xira, a «Classe Operária» persiste com significativa posição (44,2%), em bora com % inferior ao total da «N.P.B.» (46,1%).

c) **Na A.M.L.-Sul:** «Classe Operária» claramente maioritária, atingindo 40% da população empregada. As suas mais altas percentagens verificam-se nos concelhos de Alcochete (56,2%), Moita (49,4%) e Montijo (47,8%).

Os casos de Lisboa e da Amadora

A título ilustrativo, importa reter, particularmente, duas zonas emblemáticas da Metrópole: O concelho de Lisboa (centro da área metropolitana) e o da Amadora (concelho periférico). Admitindo que a «terciarização» constitua uma das características de um processo de estruturação sócio-económica da A.M.L., particularmente acentuado na A.M.L.-Norte, integrando, por isso, as suas economias suburbanas, o Quadro VII permite realçar alguns aspectos, ainda que construído apenas com dados de 1981.

No que respeita ao concelho da Amadora dois factos interessa fixar: 1) a sua delimitação administrativa pouco tem a ver com a unidade sócio-económica e cultural do espaço assim delimitado; 2) o seu crescimento demográfico é essen-

cialmente tributário de uma lógica directamente dependente do exterior.

Com efeito, o conhecimento já acumulado que possuímos deste concelho, permite correlacioná-lo com um mesmo e único processo: processo de crescimento e estruturação da A.M.L. Este espaço concelhio reflecte, por conseguinte, o crescimento industrial e mais especificamente o sector terciário no espaço metropolitano (4); um indicador que importa realçar prende-se com os fluxos diários de mão-de-obra onde podemos detectar que a maior parte da população activa se desloca para Lisboa a fim de trabalhar no terciário (vd. 2.2.).

No que se refere à composição da sua estrutura de classes podemos admitir a progressão da «N.P.B.» no período 70-81, detendo em 1981, 61,7% da população activa. Ainda que uma parte desta C₁ possa trabalhar no próprio concelho, a informação disponível existente indica-nos que é todavia mais significativa aquela que se desloca diariamente para Lisboa. Isto remete para o polo dinamizador do terciário que é Lisboa, que absorve esse grosso de mão-de-obra «terciária» residente nos concelhos circundantes e, neste caso, da Amadora. O núcleo metropolitano, além de ser o pólo «terminal» deste processo (contribui com elevadas percentagens de qualquer das três fracções de «N.P.B.» para a A.M.L.-Norte) seria igualmente um agente estruturante significativo da estrutura de classes dos concelhos periféricos.

Ainda que ocupe o segundo lugar na composição social da Amadora, a «Classe Operária», em termos proporcionais, ocupa a maior contribuição percentual deste concelho relativamente à A.M.L.-Norte. Outro indicador importante que confere a Lisboa a caracterização de uma «economia de serviços» consiste nas elevadíssimas percentagens da «N.P.B.» da A.M.L.-

-Norte sobre a A.M.L., explicáveis por aí se encontrar inserido o centro metropolitano.

A especialização da estrutura social portuguesa é atravessada por profundas assimetrias regionais (cf. Quadro VII).

A A.M.L. concentra mais de 1/4 da população activa e assalariada do continente. É substancialmente elevada a percentagem dos agentes que integram a «N.P.B.», concentrados na área metropolitana da capital. Na A.M.L. estão localizados mais de 40% dos efectivos de duas «fracções» II e III da «N.P.B.». Este facto confere uma nítida «tercialização» da A.M.L., configurando por isso assinaláveis assimetrias na realidade regional do território nacional, como os acentuados problemas sociais e políticos que lhe estão associados.

Outro elemento que importa sublinhar é o peso diminuto, no país, do grupo dos «managers» (que integram a «Burguesia» assalariada) e, simultaneamente a sua significativa concentração na área metropolitana em estudo. A insignificância estatística que este grupo tem em Portugal remete para a ainda dominante estrutura empresarial tradicional onde predomina o patronato com funções de gestão (5).

Algumas hipóteses e pistas de análise

Não seria recomendável proceder à formulação de conclusões rígidas relativamente ao que se deixa enunciado. Tentou-se, sobretudo, uma aproximação às grandes tendências a partir de indicadores que, só por si, necessitam alguma atenção. Trabalhou-se com dados estatísticos que não podem ser tomadas como conclusivas em si mesmos. A realidade não está compartimentada em percentagens... Contudo, há uma parte importante da realidade

que não deixa de ser reflectida por esses números. Isto permite-nos levantar algumas hipóteses.

Em 1981, as estruturas metropolitanas de classe (definidas com base nos perfis sociais de cada concelho) parecem organizar-se a partir da manifestação das áreas com predomínio das «fracções» da «nova pequena burguesia».

Embora se verifique uma expansão do assalariamento, a par de um declínio e classes e fracções de classe relacionadas com a agricultura, de uma estagnação relativa do sector secundário, da terciarização, quais os mecanismos actuantes por detrás destas tendências? Que estratégias adoptam os agentes sociais neles envolvidos? Quais os seus modos de actuar numa conjuntura de adaptação e sobrevivência à crise e que processos de recomposição social são discerníveis?

Segundo dados recentemente divulgados pelo **Instituto Damião de Góis**, a «economia não-contabilizada» abrangia mais de 50% do emprego anual na construção civil, nas pescas e nos serviços de reparação; cerca de 23% na hotelaria e 20% nas confecções e vestuário. Por outro lado, mudanças sociais atravessam, inclusive, o interior de uma mesma classe social. Para além do fenómeno crescente do desemprego, os dados do inquérito ao emprego no último trimestre de 83 apontavam, na categoria dos assalariados, 9% de contratados a prazo.

Áinda que estes dados não sejam exclusivos da A.M.L., podem-se retirar ilações acerca de possíveis pistas de abordagem do problema da recomposição das classes sociais, com destaque para as classes assalariadas. Embora se constate um reforço do assalariamento, múltiplas (contra) tendências são detectadas: o processo de «subterraneidade» da economia, o recurso à dupla actividade a precaridade do

emprego, a manifestação dum desemprego cujas características estruturais se tornam cada vez mais vincadas, entre outras, são algumas das tendências que deverão obrigar a novas análises sobre a documentação existente. A partir daí, o perfil social da A.M.L. pode vir a ter uma configuração bem diferente...

Quadro analítico utilizado

Por motivos analíticos e operacionais, adoptámos os critérios teóricos de N. Poulantzas (1974) no âmbito deste estudo, de natureza sociográfica. Os conceitos teóricos deste autor permitem reconverter, com um mínimo de rigor, as classificações do I.N.E. (relativas à «população residente activa a exercer uma profissão segundo a situação na profissão») em «classes» e «fracções de classe».

Segundo os critérios de Poulantzas, consideramos quatro classes fundamentais: Classe Operária, Nova Pequena Burguesia, Pequena Burguesia Tradicional e Burguesia. Os critérios teóricos de delimitação e definição destas classes são os seguintes:

— **Classe Operária:** Produção directa de mais-valia, trabalho manual e ausência de controle sobre o processo de trabalho. Do ponto de vista operacional, consideramos Classe Operária, os assalariados que estejam nas condições definidas, quer sejam do sector primário, quer do secundário.

— **Nova Pequena Burguesia:** Isolados ou assalariados aos quais não é extorquido directamente o sobre-telhado. A definição deste critério, que por si só seria vago e contraditório, surge como pólo aglutinador da N.P.B. e obriga a uma distinção no interior desta classe de três fracções:

I — Trabalho intelectual de supervisão, no domínio da produção.

II — Trabalho intelectual não-produtivo.

III — Trabalho manual, sem produção directa de mais-valia.

— **Pequena Burguesia Tradicional:** Isolados, de pequena produção e pequena propriedade que exercem controle sobre o processo de trabalho.

— **Burguesia** — Patrões ou assalariados detentores da propriedade económica/jurídica e/ou posse, controlando e accionando as relações de dominação/subordinação.

A operacionalização dos instrumentos analíticos está esquematizada no quadro que relaciona as classificações do INE e as classes e fracções de classe definidas.

4. O voto e as forças políticas na Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.)

Com o fim de analisar a tendência de voto na A.M.L., socorremo-nos dos dados eleitorais publicados pela Imprensa Nacional. Nesta análise, debruçar-nos-emos, por um lado, sobre os resultados das eleições para a Assembleia da República, que nos permitirão detectar a opção de voto ao nível nacional e, por outro, sobre os resultados das eleições para as Câmaras Municipais que nos darão essa mesma opção, ao nível local.

Esta dupla perspectiva tem como objectivo possibilitar a verificação de uma eventual descoincidência entre os dois tipos de opção de voto. Para efeitos de comparação estatística, embora conscientes do possível enviesamento que daí possa advir, os diferentes partidos políticos foram considerados, para todos os actos eleitorais, como agrupados nas seguintes forças políticas: «AD», PS, APU, UDP. (vd. adiante). Esta última não foi tida em conta na análise das eleições autárquicas devido à sua fraca expressão, a este nível.

Há, ainda, que referir que, para além da A.M.L. no seu conjunto, considerá-mos também as suas duas Margens, Norte e Sul, como distinção potenciadora de um maior afinamento da análise. Por fim, e como casos específicos dentro dos 13 concelhos que se considerou constituírem a A.M.L., tivemos também em conta os concelhos de Lisboa e Amadora.

4.1. Eleições, na A.M.L., para a Assembleia da República (6) (1975, 1976, 1979, 1980 e 1983)

a) Tendo em conta as eleições para a Assembleia da República e a sua respectiva expressão no conjunto da A.M.L., o voto nas diferentes forças políticas tem evoluído da seguinte forma:

A «A.D.» tem uma subida acentuada de 1975 a 1979 (17,8% — 26,4% — 36,6%). Em 1980 acusa um ligeiro decréscimo (36,1%), tendência que se mantém e acentua em 1983 (31,1%). A A.P.U. apresenta uma posição relativamente estável ao longo dos vários actos eleitorais (26,5% — 26,9% — 30,6%, 27,6%, 29,8%). O P.S. sofre uma quebra bastante acentuada de 1975 para 1979 (44,7% — 36,8% — 24,5%). Depois, inicia uma recuperação que se mantém até ao último acto eleitoral (27,1% — 34,3%). A U.D.P. obtém sempre valores muito baixos que a distanciam, consideravelmente, das restantes forças. Estes valores aumentam até 1979, para depois passarem a diminuir (1,7% — 2,9% — 3,1% — 2% — 1,4%).

Esta evolução deu origem, ao longo dos vários actos eleitorais, a alterações consideráveis em termos da posição relativa de cada uma das forças políticas. Para detectar essas alterações pareceu-nos significativo referir as eleições de 1975, que nos dão a situação

inicial, as de 1979, ano que se pode considerar como um ano de «viragem», e as de 1983 último acto eleitoral ocorrido (à data de realização deste texto).

Assim, em 1975, verifica-se uma diferença considerável entre a percentagem de voto obtida pelas três principais forças políticas. Isto é, o P.S. surge claramente destacado, seguido pela A.P.U. e finalmente pela «A.D.». Em 1979 e enquanto a A.P.U. mantém o lugar que ocupava em 1976, a «A.D.» e o P.S. trocam as suas posições. Em 1983, há que realçar, antes de mais, a grande proximidade das percentagens de voto obtidas por estas forças. O P.S. alcança novamente, a primeira posição, mas seguido de muito próximo pela «A.D.» e pela A.P.U. Esta última ocupa, agora, o lugar de terceira força; isto deve-se não tanto a uma quebra na sua votação mas sobretudo à considerável recuperação do P.S.

b) Em relação à Margem Norte da A.M.L. verifica-se que a evolução das várias forças políticas se dá de uma forma semelhante à que foi apontada para o conjunto da A.M.L.

Em termos percentuais é, no entanto, de referir que enquanto o P.S. obtém votações praticamente semelhantes, a «A.D.» atinge valores ligeiramente superiores e a A.P.U. ligeiramente inferiores. Em relação à U.D.P. não há diferenças a assinalar.

c) Na Margem Sul da A.M.L. a votação nas forças políticas evoluiu do seguinte modo:

A A.D. apresenta uma votação crescente desde 1975 a 1980 (6,7% — 12% — 22,9%). Em 1983 dá-se uma ligeira quebra (17,6%). A A.P.U. aparece nitidamente destacada das restantes forças políticas. De 1975 para 1979 a sua votação cresce (39,9% — 47,1% — 48,4%). A partir daí há uma oscilação, tendo decrescido em 1980 (45,6%) para, em 1983, «recuperar» (47,2%). O P.S. apresenta uma quebra acentuada de 1975

para 1979 (36,4% — 30,6% — 21%). Entra depois numa fase de «recuperação» até 1983 (23,6% — 30,3%). A U.D.P. oscila entre percentagens sempre muito baixas (1,7% — 3,2% — 4,4% — 3,1% — 1,9%).

Em termos de posições relativas, estas mantêm-se ao longo dos vários actos eleitorais (vd. gráfico 7). Há, no entanto, certas diferenças a assinalar em relação à proximidade/afastamento das três principais forças políticas:

A A.P.U. aparece sempre como primeira força seguida pelo P.S. e depois pela «A.D.». Em 1975, o afastamento da A.P.U. em relação ao P.S. era relativamente pequeno, enquanto a distância que separa a «A.D.» deste último era bastante considerável. Em 1979, a A.P.U. ganha um destaque muito maior, não tanto devido a um acréscimo na sua votação, mas graças à grande descida do P.S., que obtém a mesma percentagem que a «A.D.». Em 1983 o destaque da A.P.U. mantém-se embora se comece a verificar novo afastamento entre o P.S. e a «A.D.».

4.2. Eleições para as câmaras Municipais da A.M.L. (7)

a) Abordando agora, as eleições autárquicas nos diversos períodos eleitorais, verifica-se que no conjunto da A.M.L., e em termos percentuais, a evolução foi a seguinte:

A «A.D.» sobe de uma forma acentuada entre 1976 e 1979 (24,3% — 31,1%). Em 1982, pelo contrário, regista uma quebra (32,5%). A A.P.U. tem-se mantido em ascensão ao longo dos diferentes actos eleitorais. No entanto, o seu grande «salto» verifica-se entre 1976 e 1979. (22,9% — 33,7% — 36,1%). O P.S. apresenta uma grande quebra de 1976 para 1979 (35% — 24,1%), recuperando em 1982 parte da votação perdida (26,7%).

Em termos de posições relativas, esta evolução vai provocando certas alterações. Ou seja, em 1976, o P.S. aparece numa primeira posição relativamente destacada, seguido, respectivamente, pela «A.D.» e pela «A.P.U.» com uma posição muito próxima. Em 1979, é a «A.D.» que aparece em primeiro lugar, logo seguida pela A.P.U. e, consideravelmente abaixo, pelo P.S. Em 1982, a A.P.U. e a «A.D.» invertem as suas posições mantendo-se, no entanto, a sua proximidade. O P.S., embora a menor distância, surge novamente como terceira força.

b) No que respeita à Margem Norte da A.M.L., o movimento das três forças políticas é bastante idêntico ao verificado na A.M.L., no seu conjunto. No entanto, a votação na «A.D.» é ligeiramente superior e a na A.P.U. ligeiramente inferior. Estas diferenças são suficientes para alargar a distância entre estas duas forças, e até para fazer com que, em 1982, a «A.D.» mantenha a primeira posição na Margem Norte.

c) Na Margem Sul da A.M.L. a evolução foi a seguinte:

A «A.D.» sobe acentuadamente de 1976 para 1979 (7,6% — 19,6%), para, em 1982, sofrer uma quebra (16,4%). A A.P.U. sobe também de 1976 para 1979 (50,1% — 54,6%), estabilizando depois a sua votação em 1982 (54,9%). O P.S. sofre uma grande quebra entre 1976 e 1979 (30,9% — 20,4%). Em 1982 recupera uma pequena parte da votação perdida (23,7%).

As posições relativas, daqui decorrentes, manifestam um claro destaque da A.P.U. em relação às outras forças políticas. No entanto, este destaque não é uniforme nos diversos actos eleitorais. Assim, em 1976, o P.S. surge entre a A.P.U. e a «A.D.» a uma distância considerável e sensivelmente igual de uma e outra. Em 1979, o P.S. perde vantagem em relação à «A.D.» pelo que estas duas forças apresentam posições bastante

coincidentes, acentuando-se a distância que as separa da A.P.U. Em 1982, nota-se novo afastamento entre o P.S. e a «A.D.». Deste modo, o P.S. caminha para uma aproximação da A.P.U. (vd. gráfico 8).

4.3. Comparação dos resultados das eleições de âmbito Nacional e Local

Comparando a evolução do voto nas eleições para a Assembleia da República e para as Câmaras Municipais, verificam-se certas descoincidências em termos da posição relativa de cada uma das forças políticas nos vários actos eleitorais (8).

No conjunto da A.M.L., as comparações mais significativas verificam-se por um lado, no que respeita à maior proximidade entre a «A.D.» e a A.P.U., ao nível autárquico, em que a partir de 1979 «dividem» a primazia política; por outro lado, é de realçar a posição mais favorável do P.S. quando se trata de eleições de âmbito nacional.

No que toca à Margem Norte da A.M.L., os resultados reflectem igualmente uma subida muito mais acentuada do P.S. ao nível nacional, em que no último acto eleitoral, embora com uma pequena vantagem sobre a «A.D.», consegue alcançar a primeira posição; ao nível autárquico, após a queda sofrida em 1979, este partido ainda não conseguiu deixar de ocupar o lugar de terceira força política. A este nível, é a «A.D.» que detém o primeiro lugar.

Na Margem Sul da A.M.L., enquanto o P.S. e a «A.D.» apresentam uma evolução semelhante nas eleições de âmbito nacional e local, a A.P.U. obtém uma votação mais elevada nas eleições para as autarquias do que nas eleições para a Assembleia da República.

Os casos específicos de Lisboa e da Amadora

Como casos específicos de comparação do voto, ao nível autárquico e nacional, analisaremos seguidamente os concelhos de Lisboa e Amadora.

No concelho de Lisboa, a «A.D.», embora apresente uma evolução semelhante nas eleições para a Assembleia da República e para a Câmara Municipal, obtém uma votação ligeiramente superior ao nível autárquico (34,2% — 46,7% — 41,3%) do que ao nível nacional (24,7% — 34,3% — 44,1% — 45,8% — 38,7%). A A.P.U. mantém uma votação crescente ao nível autárquico (20,7% — 25,1% — 26,6%), enquanto que para a Assembleia da República a sua votação vai oscilando (19,9% — 19,2% — 23,5% — 20,6% — 22,7%). Também em relação à A.P.U. se pode apontar uma percentagem de votos ligeiramente superior ao nível autárquico. O P.S., por seu lado, apresenta-se em situação mais favorável nas eleições de âmbito nacional, sobretudo nos últimos actos eleitorais (45,8% — 36,9% — 24,5% — 26,9% — 33,9%). No entanto, a sua evolução é semelhante nas eleições para a Câmara Municipal (35,5% — 23,4% — 27%).

No que respeita à posição relativa de cada uma das três forças políticas é de notar, a partir de 1979, uma aproximação da A.P.U. e do P.S., nas eleições para a Câmara Municipal, e o consequente aumento da distância que os separa da «A.D.», fenómeno que não se verifica nas eleições de âmbito nacional.

No concelho da Amadora (9) a «A.D.» obtém percentagens semelhantes nas eleições de âmbito nacional (31,8% — 33,2% — 25,9%) e local (32,5% — 26,9%). A A.P.U. tem, pelo contrário, um comportamento diferente em cada um dos tipos de votação considerados. Isto é, enquanto a sua

votação para a Assembleia da República sofre ligeiras oscilações (33,3% — 30% — 32,4%), ao nível local essa votação apresenta um acréscimo (37,6% — 41%). Para além disso, é de notar que esta força política obtém ao nível autárquico uma votação consideravelmente superior à que alcança ao nível nacional. O P.S. apresenta uma votação crescente quer para a Assembleia da República quer para a Câmara Municipal. No entanto, esse acréscimo é muito mais acentuado ao nível nacional (26,4% — 29,9% — 37,1%) do que em âmbito local (25% — 27,9%).

O caso da Amadora é, pois, exemplo claro de uma flagrante descoincidência do voto nas eleições de âmbito local e nacional. Assim, logo em 1979, é de realçar uma votação muito aproximada na A.P.U. e na «A.D.» para a Assembleia da República, enquanto que nas eleições para a Câmara Municipal a A.P.U. apresenta uma vantagem considerável. Mas, é nos últimos actos eleitorais, que as diferenças são mais notórias. Ou seja, ao nível nacional o P.S. aparece na primeira posição, seguido pela A.P.U. e depois pela «A.D.»; ao nível autárquico, pelo contrário, a A.P.U. detém um destacado primeiro lugar enquanto a votação na «A.D.» e no P.S. é praticamente coincidente. (Vd. gráficos no final).

4.4. O abstencionismo na A.M.L.

Ao contrário do que se poderia julgar, em função de uma maior «proximidade» na escolha do voto, o abstencionismo na A.M.L. é muito mais elevado nas eleições de âmbito autárquico do que nas de âmbito nacional. No entanto, as tendências em termos de acréscimo/decrécimo das abstenções, são semelhantes num e noutro; ou seja, o número de abstenções é muito elevado em 1976, baixa em

1979 e a partir daí apresenta um acréscimo.

Comparando a Margem Norte e a Margem Sul da A.M.L., verifica-se que esta última é menos abstencionista. Esta diferença, porém, tem sido mais sensível nas eleições para a Assembleia da República do que nas eleições autárquicas.

A evolução do abstencionismo nas duas Margens, assim como nos casos particulares dos concelhos de Lisboa e Amadora, segue as tendências apontadas para o conjunto da A.M.L. (com excepção da Margem Sul, em 1982, onde a percentagem de abstenção baixa ligeiramente).

4.5. Algumas considerações finais (10)

Os resultados eleitorais, por nós analisados, parecem apontar algumas tendências de evolução do voto na A.M.L.

Deste modo, verifica-se uma certa estabilização de voto na A.P.U. nas eleições de âmbito nacional, enquanto que nas eleições autárquicas esta força política tem vindo a obter percentagens de voto cada vez mais elevadas. Por outro lado, no que respeita à «A.D.» e ao P.S., tem ocorrido uma «flutuação» relativa do eleitorado, entre estas duas forças. A tendência actual parece apontar para um crescimento do P.S. e um decréscimo da «A.D.», tendência essa que se nota de uma forma mais acentuada nas eleições para a Assembleia da República. De notar que, a partir de 1979, o P.S. não detém a maioria em nenhuma das câmaras Municipais que integram a A.M.L. (vd. mapa 4).

Embora as tendências apontadas sejam comuns à Margem Norte e Margem Sul da A.M.L., o seu reflexo em termo da posição relativa das três principais forças políticas é bem diverso numa e noutra. Assim, enquanto que na

Margem Norte e tal como na A.M.L. no seu conjunto, a tendências actual parece conduzir a um certo equilíbrio entre «A.D.», A.P.U. e P.S., em que obtiveram votações muito aproximadas, nos últimos actos eleitorais, na Margem Sul, pelo contrário, parece desenhar-se uma clara demarcação dessas forças, com base sobretudo no grande destaque que a A.P.U. alcança. A partir daqui é possível constatar a especificidade do comportamento eleitoral da Margem Sul no seio da A.M.L.

Junho, 1985

NOTAS

(1) Os valores para 1960 e 1970, reportam-se à *freguesia* da Amadora, e não ao *concelho*, que só veio a ser criado em 1979. De qualquer modo, esses valores, não apresentarão grandes discrepâncias já que, administrativamente, a antiga freguesia da Amadora corresponde, nos seus limites, sensivelmente ao actual concelho.

(2) Por vezes, no interior de determinados grupos profissionais definidos pelo INE, encontramos elementos pertencentes a mais do que uma classe ou fracção de classe. Nestes casos, seguimos o critério de classificação de acordo com o peso maioritário dos membros do grupo em causa. Era a única forma, minimamente rigorosa, de resolvermos problemas deste tipo.

(3) A «P.B.T.» tem as percentagens mais elevadas na A.M.L.-Sul, nos concelhos do Montijo (15,6%) e de Alcochete (12,7%).

(4) Mais recentemente, a autarquia tem desenvolvido esforços no sentido de dotar este concelho com uma dinâmica própria, menos dependente do exterior. Um índice que aponta nesse sentido tem sido a aplicação dos investimentos concelhios no terciário, para além do aumento progressivo do peso da população activa que ali reside e trabalha.

(5) Os «managers» segundo dados da organização internacional do Trabalho (OIT) — «Anuário das Estatísticas do Trabalho», Genebra, 1979, — ocupavam o padrão médio de 2,5% no conjunto dos pai-

ses industrializados, o que contrasta com a sua insignificância no caso português (0,6% em 1981). Este grupo social assume particular relevância já que lhe está associada a problemática de gestão empresarial.

(6) De notar que: A votação da força política que surge sobre a designação «A.D.» resulta, em 1975, 1976 e 1983, da agregação das percentagens de voto obtidas pelo CDS, PPD PSD e PPM. Os resultados da A.P.U., em 1976, são obtidos apenas pela votação no P.C.P. Em relação ao P.S. em 1980 a votação indicada é a que é obtida pela coligação F.R.S. (P.S. + U.E.D.S. e A.S.D.I.). Os resultados da U.D.P., em 1983, consistem na votação obtida por este partido coligado com o P.S.R.

(7) Uma vez mais, chamamos a atenção para o facto dos diferentes partidos políticos terem sido agrupados como «A.D.», A.P.U. e P.S.

No que toca à «A.D.» convém frisar os seguintes aspectos: Em 1976, ela corresponde a uma agregação dos votos do PPD, PSD e do C.D.S. Em 1979, e apesar da «A.D.» corresponder a uma efectiva coligação política, ela não concorre, enquanto tal, nos seguintes concelhos da A.M.I.: Loures e Barreiro, onde concorrem o C.D.S. e o P.P.D./P.S.D. separadamente; em Alcochete, Moita, Montijo e Seixal onde só concorre o P.P.D./P.S.D.; em Cascais, onde só concorre o C.D.S. Em 1982, em Cascais, Barreiro, Montijo e Seixal concorrem o C.D.S. e o P.P.D./P.S.D.

(8) Em relação aos momentos de comparação entre os dois tipos de votação, é de notar que, se os dois primeiros actos eleitorais para as autarquias se deram em anos em que se realizaram também eleições para a Assembleia da República (isto é 1976 e 1979) as últimas eleições autárquicas ocorreram em 1982, um ano antes das últimas eleições para Assembleia da República (em 1983).

(9) Não esquecer que os resultados eleitorais na Amadora só podem ser analisados a partir de 1979, data da criação do concelho.

(10) De referir que, à data da realização deste artigo, se desconhecia, ainda, a nova realidade que veio a constituir, em termos eleitorais, o P.R.D.

QUADRO I
Varição Populacional, Densidade Populacional e Taxa de Crescimento Médio Anual
nos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, entre 1960 e 1981

Área (km ²)	População Residente			Variação Populacional (%)			Densidade Populacional (hab./km ²)			Taxa de Crescimento Média Anual		
	1960	1970	1981	1960/70	1970/81	1960/81	1960	1970	1981	1960/70	1970/81	1960/81
LoURES	186,60	102124	166550	276647	63,1	170,7	547	892	1481	5,0	5,1	5,0
V. F. Xira	293,88	40594	54475	88193	34,2	117,2	138	185	300	3,0	4,8	3,9
Lisboa	83,84	802230	760150	807937	—	0,7	9568	9066	9636	-0,5	0,6	0,04
MN Cascais	97,06	59617	92630	141498	55,3	137,3	614	954	1457	4,5	4,2	4,4
Oeiras	45,75	46900	67955	149328	44,9	218,4	1025	1485	3264	3,8	8,0	5,9
Amadora	23,77	47355	112260	163878	137,0	246,0	1992	4723	6894	9,0	3,8	6,3
Sintra	332,36	78264	124400	226428	59,0	183,1	235	374	681	4,7	6,0	5,4
Total	1063,36	1177084	1378420	1853729	17,1	57,2	1108	1296	1743	1,6	2,9	2,3
Seixal	93,58	20470	38090	89169	86,0	335,6	219	407	952	6,4	8,6	7,5
Moita	55,08	29146	38735	53240	33,0	82,9	529	703	966	2,9	3,2	3,0
MS Barreiro	33,81	35088	59055	88052	68,3	49,1	1038	1746	2604	5,3	4,0	4,6
Almada	69,97	70968	107575	147690	51,5	108,1	1014	1537	2110	4,2	3,1	3,7
Montijo	347,35	30217	42180	36849	89,6	21,9	87	121	106	3,4	-1,3	1,0
Alcochete	94,49	9270	10410	11246	12,3	21,3	98	110	119	1,2	0,7	0,9
Total	694,28	195159	296045	426246	51,7	118,4	281	426	614	4,3	3,6	3,9
AML Total	1757,64	1372243	1674465	2279975	22,0	66,1	781	953	1297	2,0	3,1	2,5

MN = Margem Norte
MS = Margem Sul
AML = Área Metropolitana de Lisboa

QUADRO II
Origem Geográfica da população (por distrito) na A.M.L.
referente à residência em 1981 (em %)

Distritos de Origem	Total %	A.M. Norte %	A.M. Sul %
Lisboa	42.3	50	19.5
Setúbal	7.8	1.8	34.2
Viseu	4.5	4.9	2.8
Santarém	4	4.3	2.9
Beja	4	3.1	7.8
Castelo Branco	3.9	4.2	2.6
Coimbra	2.9	3	2
Évora	2.6	2	5.3
Guarda	2.6	2.8	1.6
Portalegre	2.5	2.4	2.9
Faro	2.4	1.9	4.6
Leiria	2	2.2	1.2
Vila Real	2	2.3	1
Porto	1.5	1.7	1
Viana do Castelo	1.4	1.5	0.9
Braga	1.2	1.3	0.8
Aveiro	1.1	1.1	0.9
Bragança	1.1	1.1	0.8

QUADRO III
Migrações Internas na A.M.L.

	"entrados" A.M.L. (73/81) Por concelho	% "entrados" nos concelhos vindos dos dist. Lx. (N) e Setúbal (S)	% "retorn." Por concelho	% Retorno estrangeiro	% "entrados" do país s/Lx (N) e Set. (S)	Peso de entradas de Set. p/conc. Norte e Lx. p/con. Sul
Amadora	36.923	43.6	34.1	3.6	18.8	10
Cascais	37.842	32	45.4	6.7	15.8	12.6
Lisboa	115.242	22.3	45.6	5.9	26.2	12.5
Loures	70.712	43.2	33.6	4.1	19.1	9.6
Oeiras	50.395	38.9	43.2	4	13.9	14.7
Sintra	66.302	42.5	37.1	4.2	16.3	11.8
V.F. Xira	22.170	34.5	35.4	5.5	24.7	8
S.-total AML Nor.	399.586	35	40.1	4.9	20	11.6
Alcochete	1.446	33.8	21	9	36.2	43
Almada	27.534	8.2	40.9	6.3	44.7	60
Barreiro	16.403	13.6	35.6	7.1	43.7	46
Moita	12.877	19.7	39.9	7.6	32.9	41
Montijo	4.715	22.9	27	14.9	35.2	29.9
Seixal	31.716	27.3	37	5.1	30.7	67.4
S.-total AML Sul	94.691	18.2	37.5	6.7	37.6	55.3
TOTAL A.M.L.	494.277	31.8	39.6	5.2	23.4	

QUADRO IV
Peso da população "entrada" entre 73/81,
na população residente em 81 por concelho

	Peso dos "en- trados" 73/81 na pop. resi- dente AMI. 81	Peso dos ori- undos dos dist. Lx. e Set. na pop. residente	Peso dos "re- tornados" na pop. residente	Peso do retor- no do estran- geiro	Peso das "en- tradas" do país s/Lx (Nor- te) e Set. (Sul)	Peso das "en- tradas" de Set para Norte e Lx. para Sul
Por concelho						
Amadora	22.5	9.8	7.7	0.8	4.2	0.4
Cascais	26.7	8.6	12.2	1.8	4.2	0.5
Lisboa	14.3	3.2	6.5	0.9	3.7	0.5
Loures	25.6	11.1	8.6	1.1	4.9	0.5
Oeiras	33.8	13.1	14.6	1.3	4.7	0.7
Sintra	29.3	12.4	10.9	1.2	4.8	0.6
V.F. Xira	25.1	8.7	8.9	1.4	6.2	0.5
A.M.L. (Norte)	21.6	7.5	8.7	1.1	4.3	0.5
Alcobete	12.9	4.4	2.7	1.2	4.7	
Almada	18.6	1.5	7.6	1.2	8.3	5
Barreiro	18.6	2.5	6.6	1.3	8.2	3.8
Moita	24.2	4.8	*9.6	1.8	8	3.3
Montijo	12.8	2.9	3.5	1.9	4.5	1.4
Seixal	35.6	9.7	13.2	1.8	10.9	7.4
A.M.L. (Sul)	22.2	4.1	8.3	1.5	8.4	4.6
A.M.L.	21.7	6.9	8.6	1.1	5.1	

QUADRO V
Distribuição da População activa dos concelhos constituintes
da AML por classes e Fracções de classe em 1981 (em %)

Classes e Fracções de classes	Oeiras	Cascais	Sintra	Amadora	Loures	V. F. Xira	Lisboa
Classe operária	19.2	23.0	31.7	29.5	32.5	44.2	18.1
Nova Fr. I	2.2	23.0	1.5	1.2	1.4	2.2	1.2
Peque. Fr. II	31.3	22.9	18.3	17.7	15.9	12.2	25.2
Burgues. Fr. III	39.2	41.0	37.8	42.8	40.0	31.7	45.2
TOTAL N.P.B.	72.7	66.2	57.6	61.7	57.3	46.1	71.6
Peq. Burg. Trad.	4.0	6.1	7.5	5.8	7.1	7.1	5.2
Burguesia	4.1	4.7	3.2	3.0	3.1	2.6	5.1
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

AML (Norte)	Almada	Barreiro	Seixal	Montijo	Alcochete	Moita	AML (Sul)	AML
24.6	32.6	38.7	40.9	47.8	56.2	49.4	39.3	27.1
1.4	1.9	3.0	1.5	1.3	1.5	1.9	2.0	1.5
22.2	17.5	14.3	13.4	7.5	5.0	8.4	13.6	20.7
41.9	38.0	38.4	37.3	24.3	22.9	33.2	35.4	40.8
65.5	57.4	55.7	52.2	33.1	29.4	43.5	51.3	63.0
5.8	7.0	3.5	4.4	15.6	12.7	5.5	6.7	6.0
4.0	3.0	2.1	2.5	3.5	1.7	1.6	2.6	3.9
100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: INE. XII Recenseamento Geral da População - Resultados definitivos (1981), mapas 6.29
 População residente activa a exercer uma profissão, segundo a situação na profissão, por profissões.

- Obs.:** 1) A classe operária integra os trabalhadores manuais, produtores de mais-valia dos sectores primário e secundário;
- 2) Na nova pequena Burguesia distinguimos três fracções: I) Portadores de relações político-ideológicas na D.S.T. (Divisão Social do Trabalho), Trabalho produtivo-supervisão (intelectual); II) Portadores de trabalho intelectual não produtivo e das relações político-ideológicas da D.S.T.; III) Portadores trabalho manual, não produtivo e não supervisor, estandardizado da D.S.T..
- 3) A P.B.T. é composta pelos agentes que trabalham por conta própria não tendo habitualmente assalariados e não artesãos, profissões liberais, campesinato. Exercem controle sobre o processo de trabalho.
- 4) A Burguesia integra os detentores de propriedade economia/jurídica e/ou posse, controlam e accionam as relações de dominação/subordinação político-ideológicas: patrões, directores empresas, managers, alta administração do Estado.

QUADRO VI
Distribuição de classes e fracções de classe pelos Concelhos Constituintes da AML-N (s/Lisboa), AML-Sul e no Concelho de Lisboa em 1981 (em %)

Classes e Fracções de Classes	A.M.L. NORTE (sem Lisboa)						TOTAL
	Oeiras	Cascais	Sintra	Amadora	Loures	Vila F. Xira	
Classe operária	9.3	10.3	22.7	15.9	29.6	12.2	100
Nova Fr. I	18.7	18.4	18.6	11.8	21.8	10.7	100
Pequena Fr. II	23.1	15.5	20.0	14.4	21.8	5.2	100
Burguesia Fr. III	14.0	13.7	21.0	17.2	27.6	6.5	100
Total da N.P.B.	17.4	14.4	20.4	16.1	25.5	6.2	100
Peq. burg. Trad.	9.0	12.6	25.1	14.3	30.0	9.0	100
Burguesia	17.3	18.0	19.8	14.0	24.8	6.1	100

AML (N)	A.M.L. — Sul							AML (N) Lisboa		
	AML	Almada	Barreiro	Seixal	Montijo	Alcochete	Moita	TOTAL	AML	AML
	51.5	29.3	18.7	21.7	11.5	4.0	14.8	100	24.7	23.8
	51.9	33.6	29.8	16.6	6.4	2.2	11.4	100	21.9	26.2
	44.6	45.7	20.2	20.7	5.2	1.0	7.2	100	11.1	44.3
	45.7	38.0	20.6	22.1	6.5	1.8	11.0	100	14.8	39.5
	45.5	39.9	20.9	21.5	6.0	1.6	10.1	100	13.7	40.8
	50.7	38.0	10.0	14.0	22.6	5.4	10.0	100	18.7	30.6
	41.8	41.5	15.8	20.6	12.8	1.8	7.5	100	11.2	47.0

Fonte: INE, XII Recenseamento Geral População — Resultados definitivos (1981).

QUADRO VII
Distribuição da População activa dos concelhos da Amadora e Lisboa
por classes e respectivos pesos na AML (Norte) e desta na AML
em 1981 (em %)

Classes e Fracções de classes	Amadora	Lisboa	Amadora A.M.L. (N)	Lisboa A.M.L. (N)	A.M.L. (N) A.M.L.
Classe operária	29.5	18.0	10.8	31.6	75.3
Nova F. I	1.2	1.1	7.8	33.5	78.1
Pequena F. II	17.7	25.2	7.2	49.8	88.9
Burguesia F. III	42.9	45.5	9.2	46.4	85.2
Peq. Burg. Trad.	5.8	5.1	8.9	37.7	81.3
Burguesia	2.9	5.1	6.5	53.0	88.8
TOTAL	100	100	9.0	43.1	83.1

Fonte: I.N.E.

AML (N) — Área metropolitana de Lisboa-Norte.

QUADRO VIII
Distribuição da População activa e assalariada da AML por classes
e seu peso relativamente ao Continente em 1981 (em %)

Classes e Fracções de classes	PAAML	PAssAML	PAAML PATC	PAssAML PAssTC
Classe operária	27.1	35.4	18.3	22.8
Nova F. I	1.5	1.6	32.8	38.2
Pequena F. II	20.7	20.7	44.5	44.4
Burguesia F. III	40.8	42.0	42.3	41.9
Peq. Burg. Tradic.	6.0	—	8.6	—
Burguesia	3.9	0.3	29.2	69.7
TOTAL	100	100	26.4	32.8

Fonte: I.N.E.

Especificação: População activa da área metropolitana de Lisboa — PAAML

População assalariada da área metropolitana de Lisboa — PAssAML

População activa total do Continente — PATC

População Assalariada do Continente — PAssTC

QUADRO IX

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO			
GRUPOS PROFISSÕES C.N.P.	PATRÕES	ISOLADOS	ASSALARI.
0/1 Esp. Cienc. Fisic. Quim. Téc. Similares <i>Profissões científicas e liberais</i>	Burguesia	N.P.B. II	N.P.B. II
2 Dir. G. Quad. Dirig. Admin. F. Pública <i>Quadros Superiores</i>	Burguesia	N.P.B. I	Burguesia N.P.B. I
3 C. Sec. Administrativa <i>Empregado de Escritório</i>		N.P.B.II N.P.B. III	N.P.B.II N.P.B. III
4 Dir. Ger. Comer. Grosso Retalho <i>Comerciante e vendedor</i>	Burguesia	P.B.T. N.P.B. II N.P.B. III	N.P.B. II N.P.B. III
5 Dir. Ger. Hot. Caf. Rest. <i>Trab. Especial Serviço</i>	Burguesia	P.B.T. N.P.B. II N.P.B. III	N.P.B. II N.P.B. III
6 Dir. ch. explor. Agrc. <i>Agricultor, Pescador e Afins</i>	Burguesia	P.B.T.	N.P.B. I N.P.B. III C Operária
7/8/9 Operário não agrícola	Burguesia	P.B.T.	N.P.B. I N.P.B. II N.P.B. III C Operária

XII Recenseamento Geral da População, 1981
P.B.T. -- Pequena Burguesia Tradicional.
N.P.B. -- Nova Pequena Burguesia.

QUADRO X

Percentagens de Abstenção

	Eleições para a Assembleia da República					Eleições para as Câmaras Municipais		
	1975	1976	1979	1980	1983	1976	1979	1982
AML	7,8	16,2	11,9	13,3	18,9	AM1	34,5	27,0
Margem Norte	8,1	16,5	12,0	13,4	19,0	Margem Norte	34,5	27,3
Margem Sul	6,7	15,1	11,4	12,9	17,7	Margem Sul	34,3	25,3
Lisboa	8,8	17,2	12,5	13,4	19,8	Lisboa	33,5	27,8
Amadora	--	--	12,2	13,6	19,0	Amadora	25,9	27,6

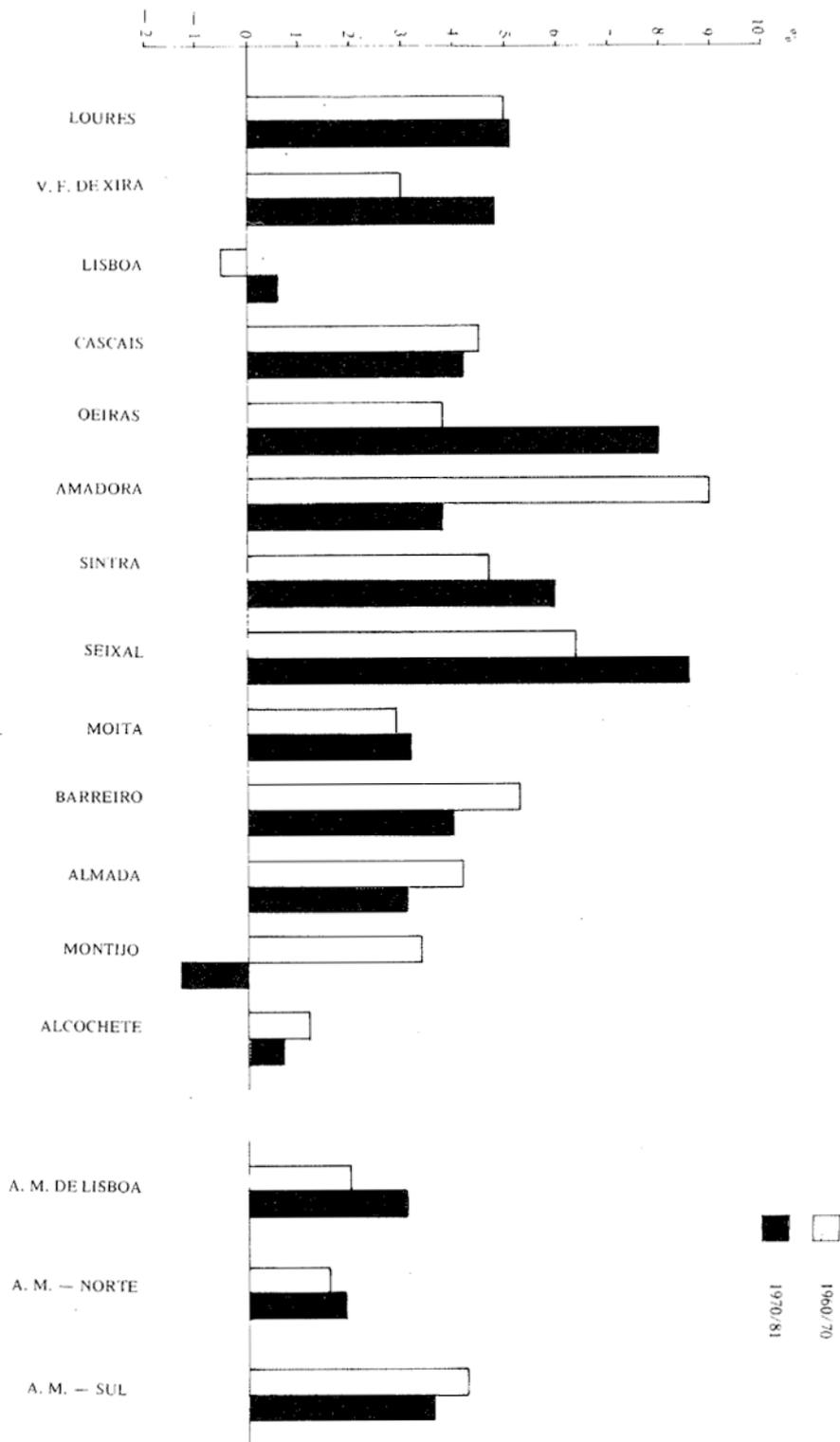


Gráfico 1: Crescimento médio anual, nos concelhos, margem norte e sul e na A. M. de Lisboa 1960/70 e 1970/81

Gráfico 2: Estrutura etária, por grandes grupos de idade, na A. M. de Lisboa
1960 — 1970 — 1981

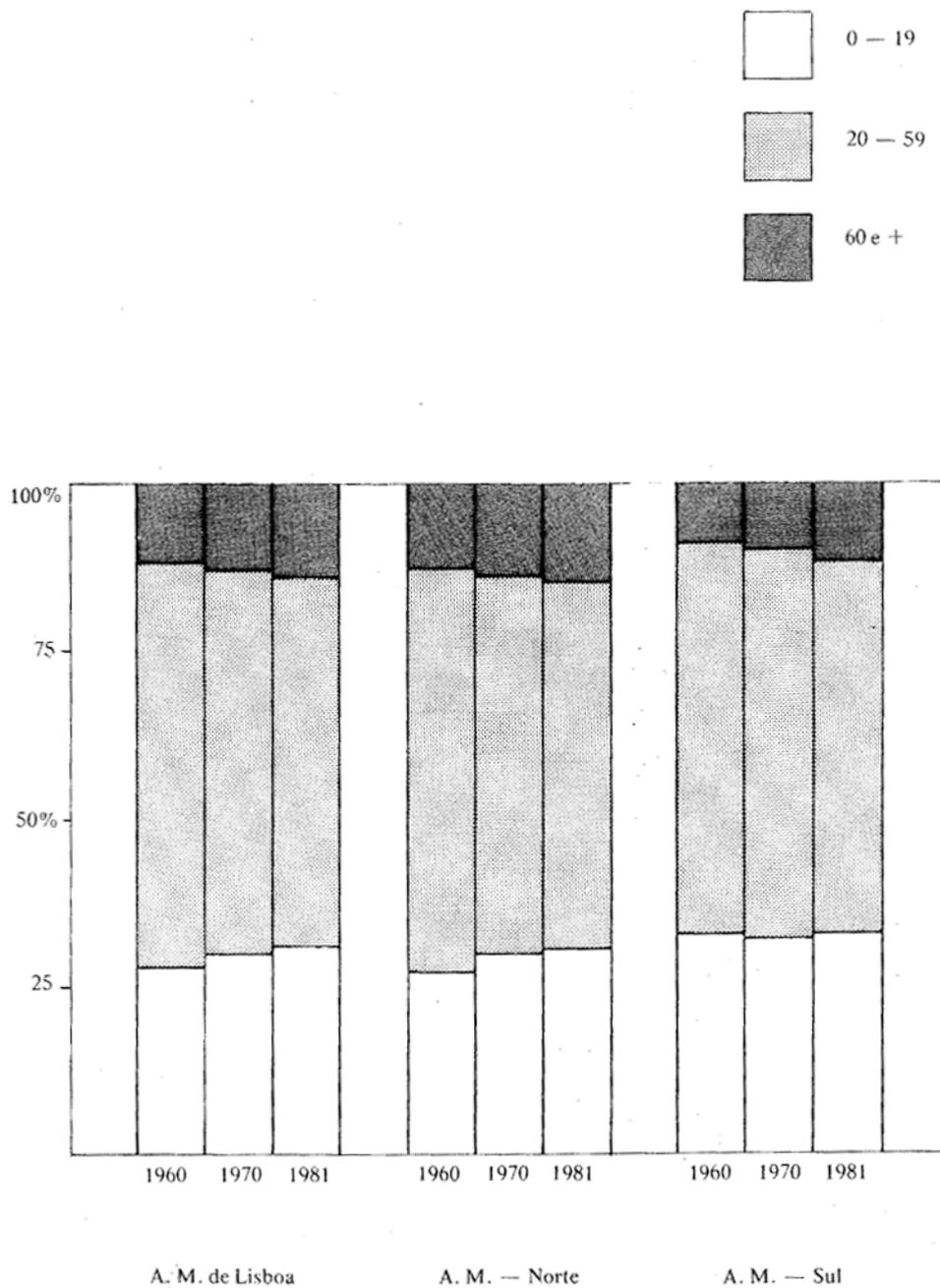


Gráfico 3 Pirâmides de idades

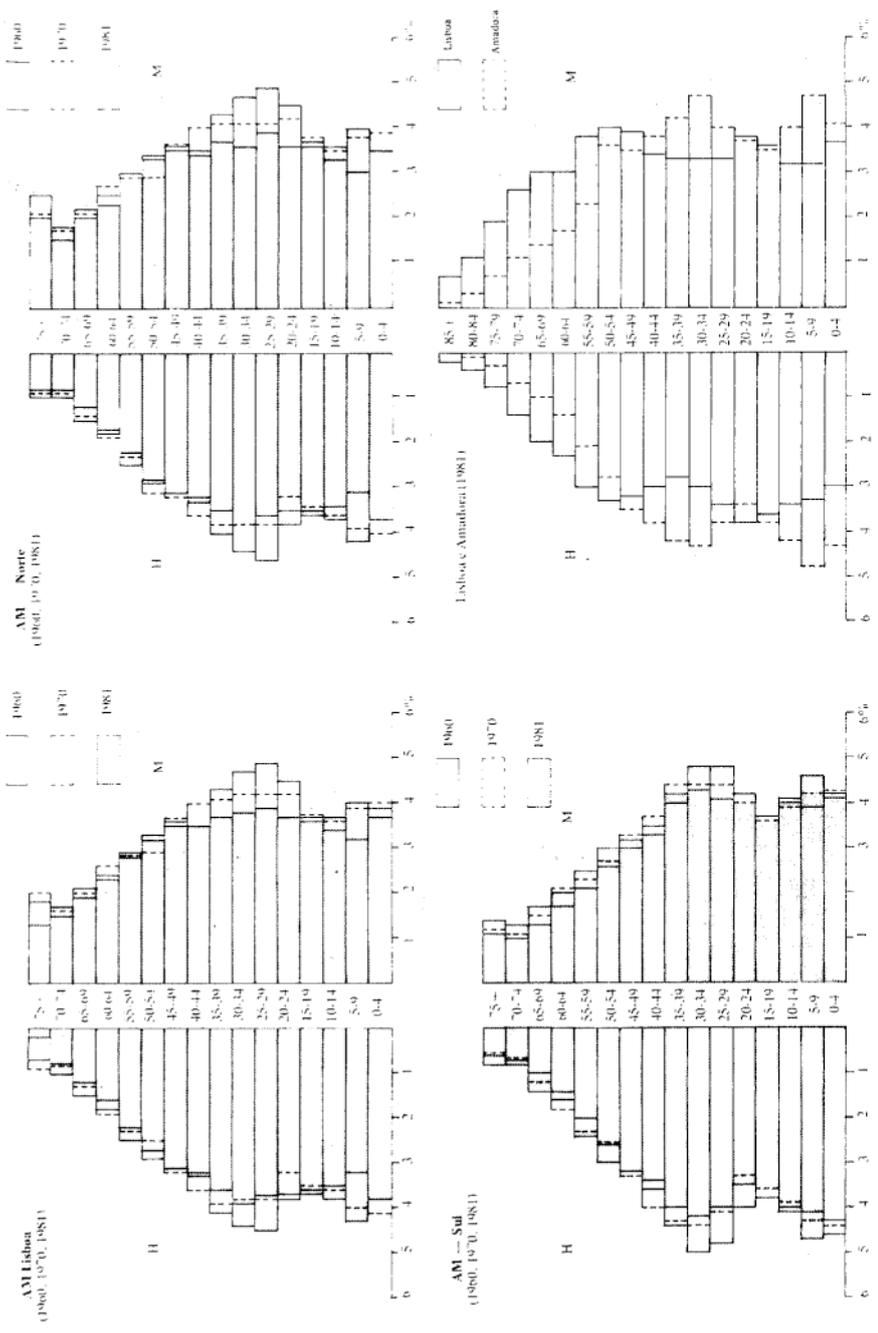


Gráfico 4
Deslocações diárias na área metropolitana de Lisboa
segundo o local de residência/
local de trabalho — 1981

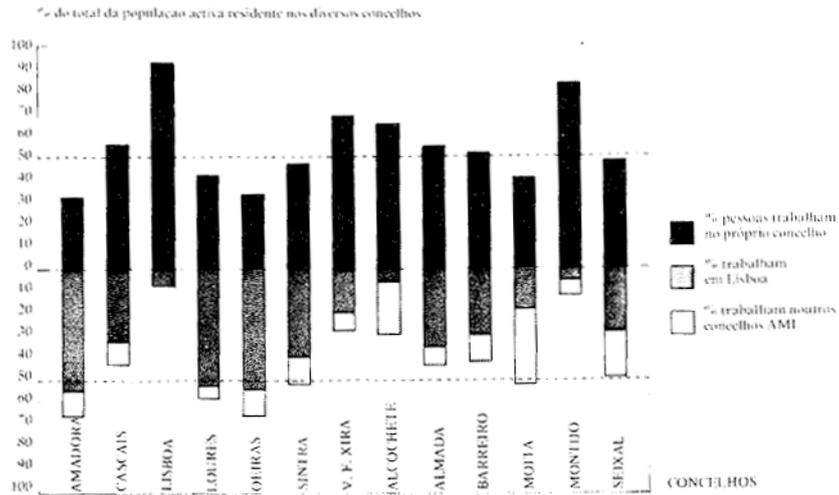


Gráfico 5
Deslocações diárias na AML segundo o principal meio de transporte utilizado
(motivo de trabalho)

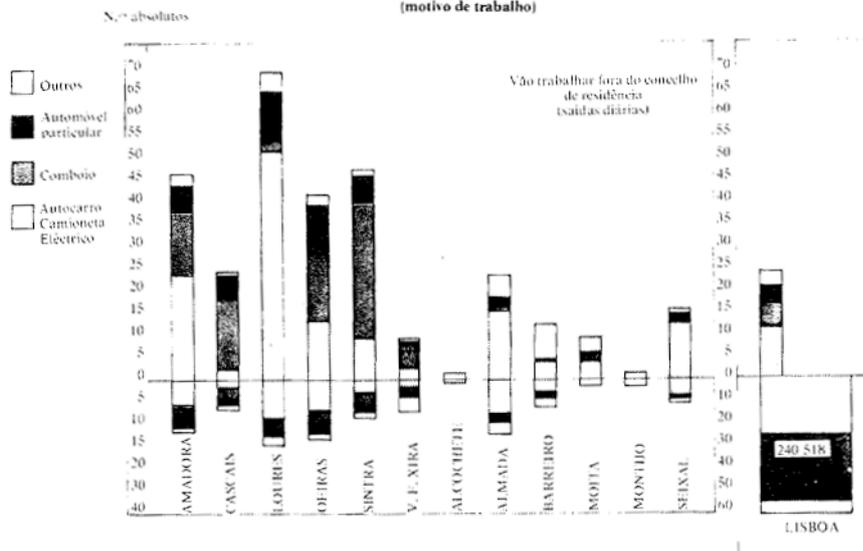


Gráfico 6: Distribuição % por classes e fracções de classe da população residente activa, Lisboa, AML — Norte e AML — Sul, 1981

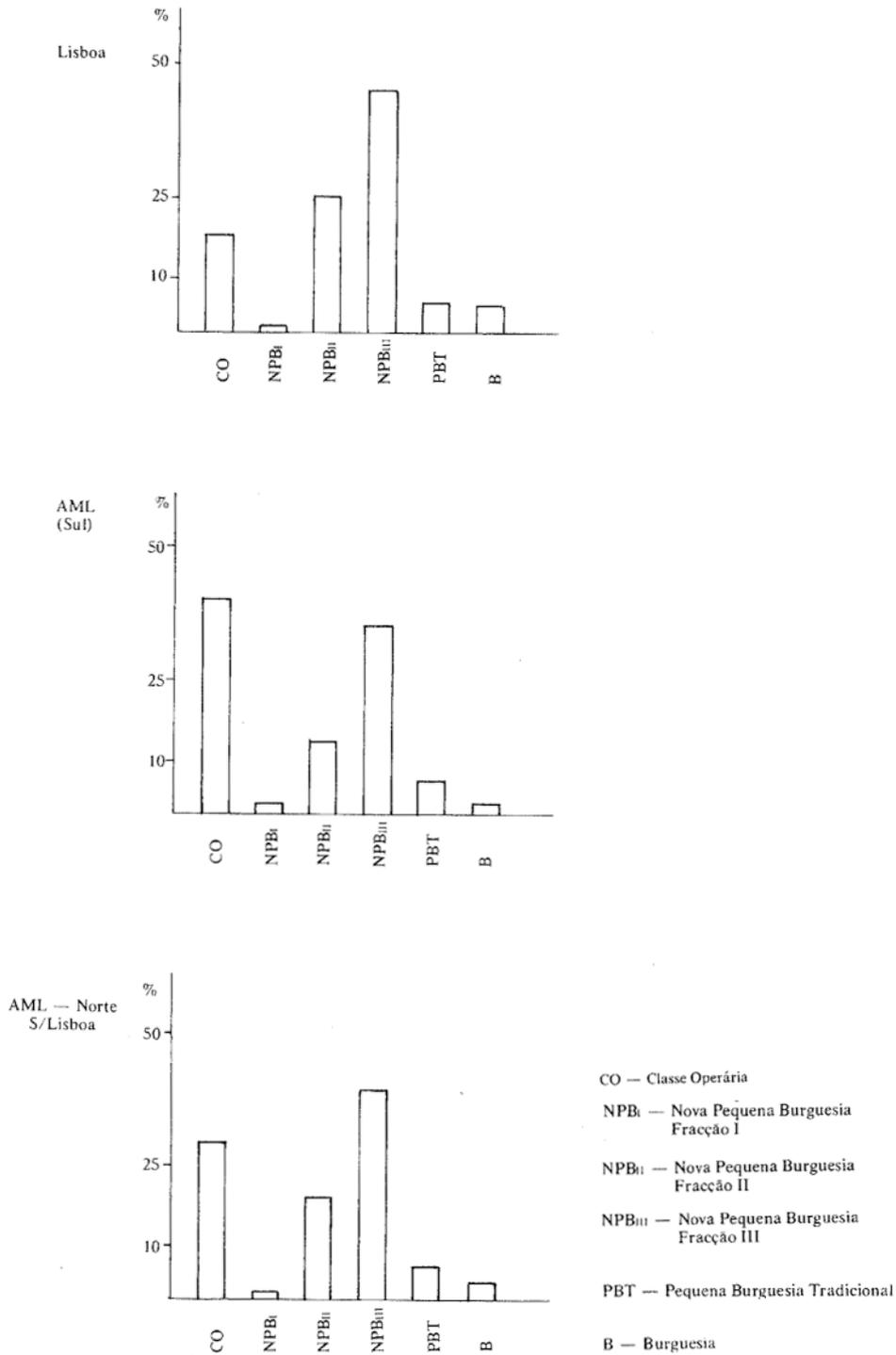


Gráfico 7
Eleições para a Assembleia da República

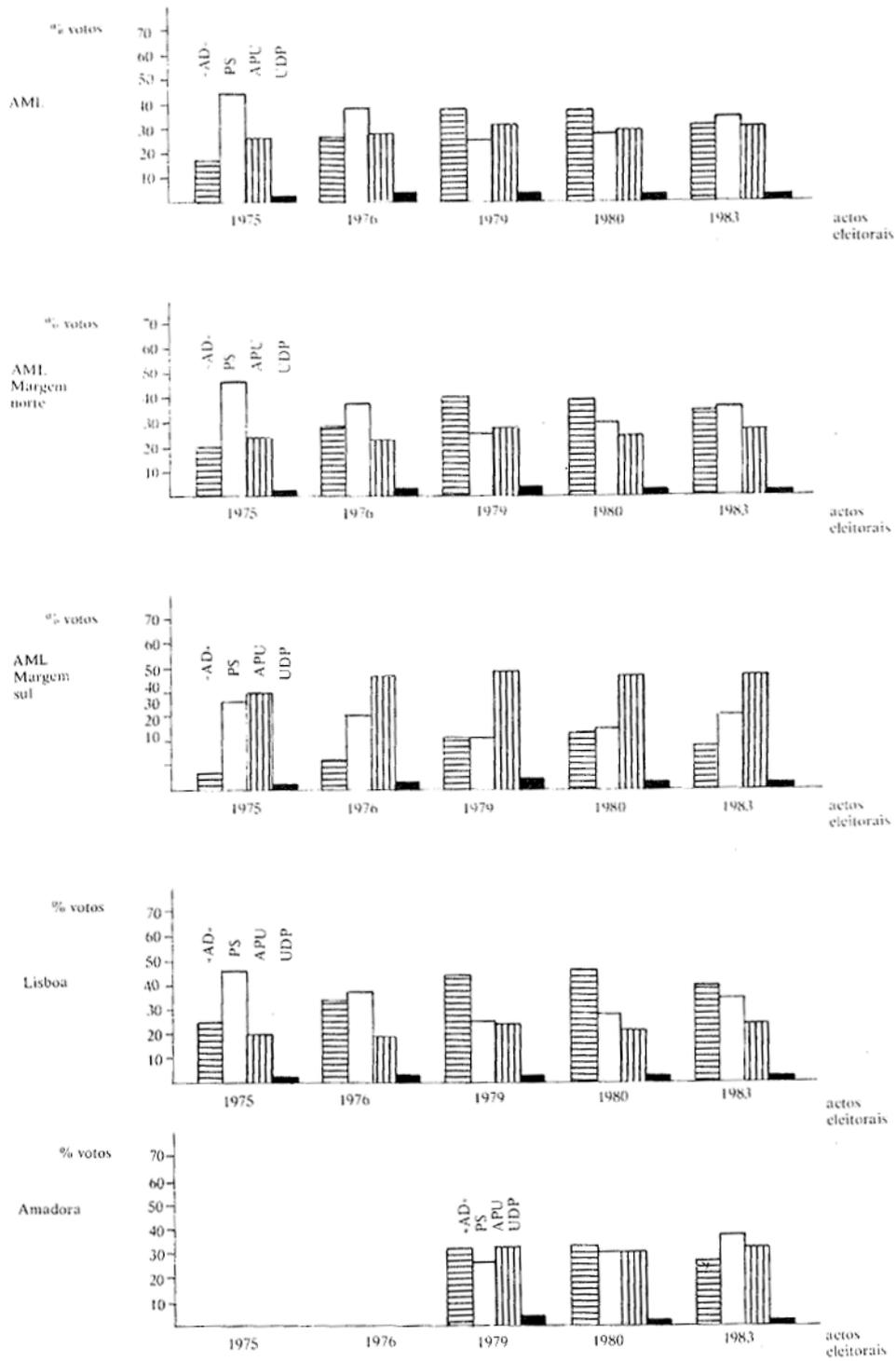
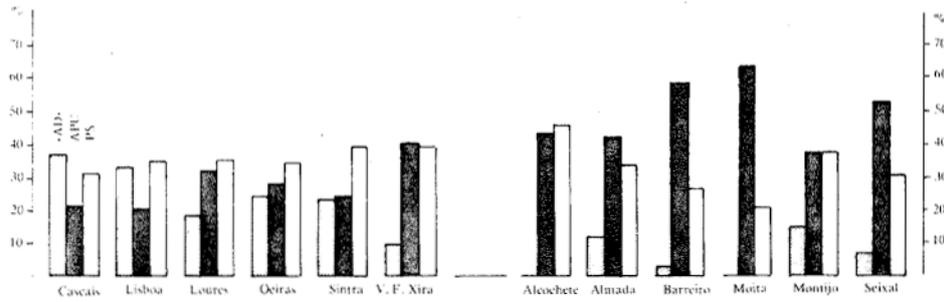
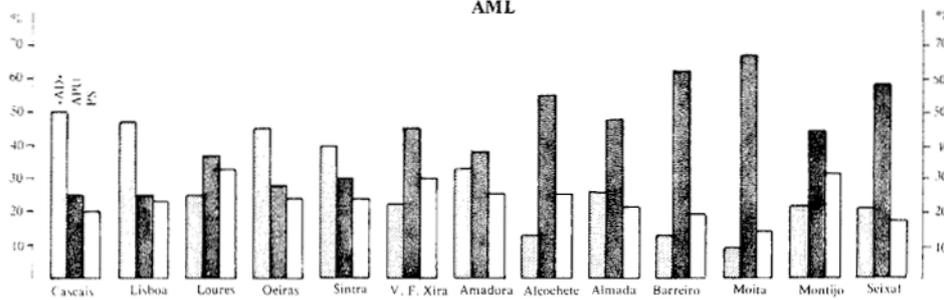


Gráfico 8
Eleições para a câmara municipal/1976
AML



Eleições para a câmara municipal/1979
AML



Eleições para a câmara municipal/1982
AML

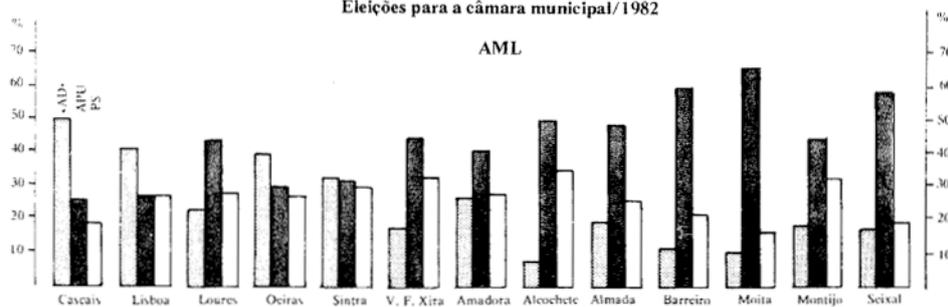
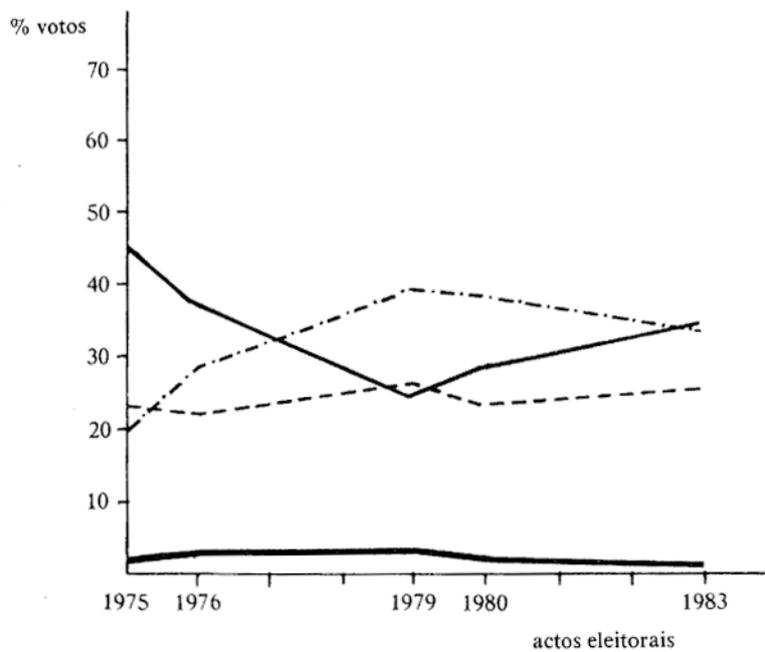
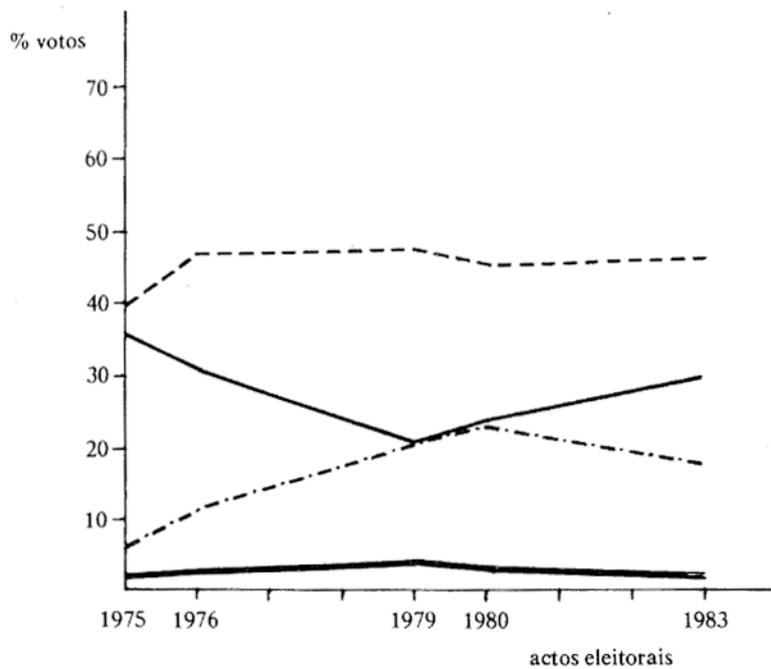


Gráfico: Eleições para a Assembleia da República

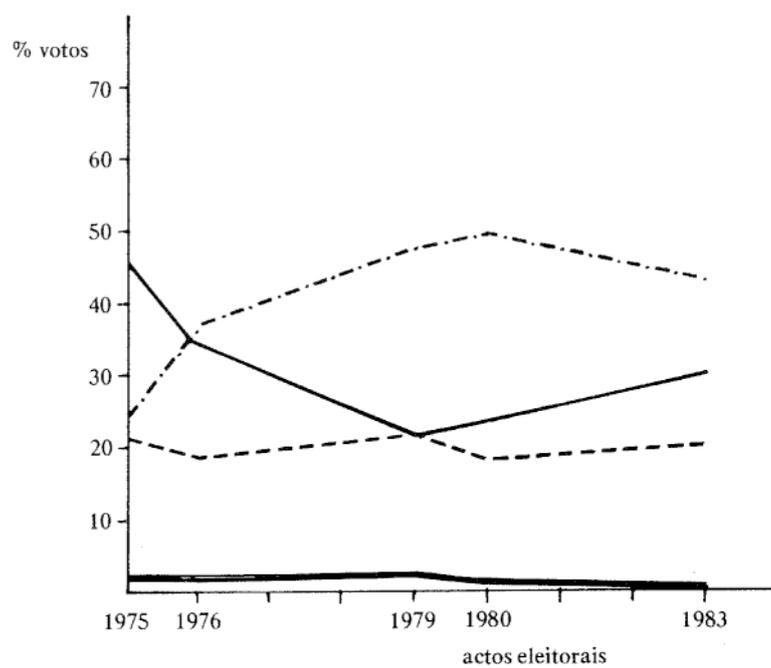
AML — Margem norte



AML — Margem sul



**Gráfico: Eleições para a Assembleia da República
Cascais**



Lisboa

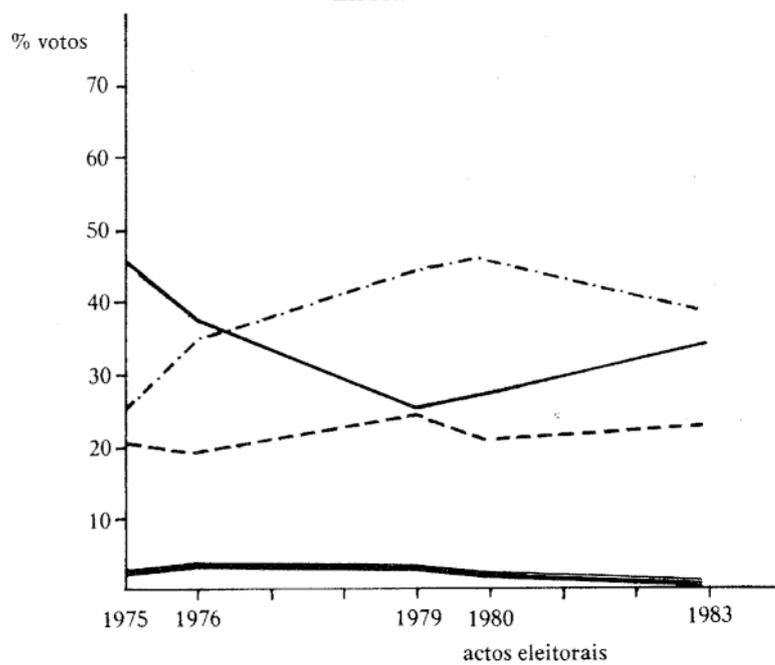


Gráfico : Eleições para a Assembleia da República

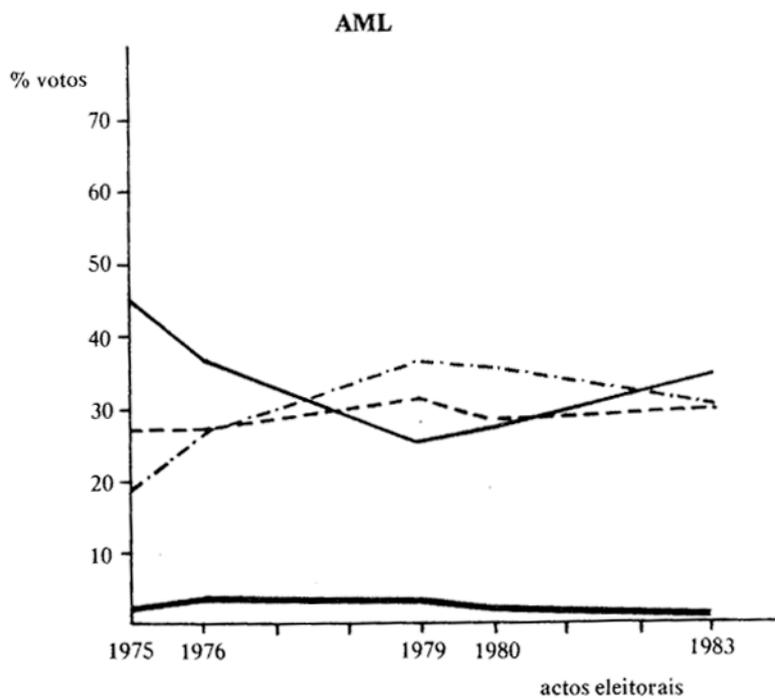
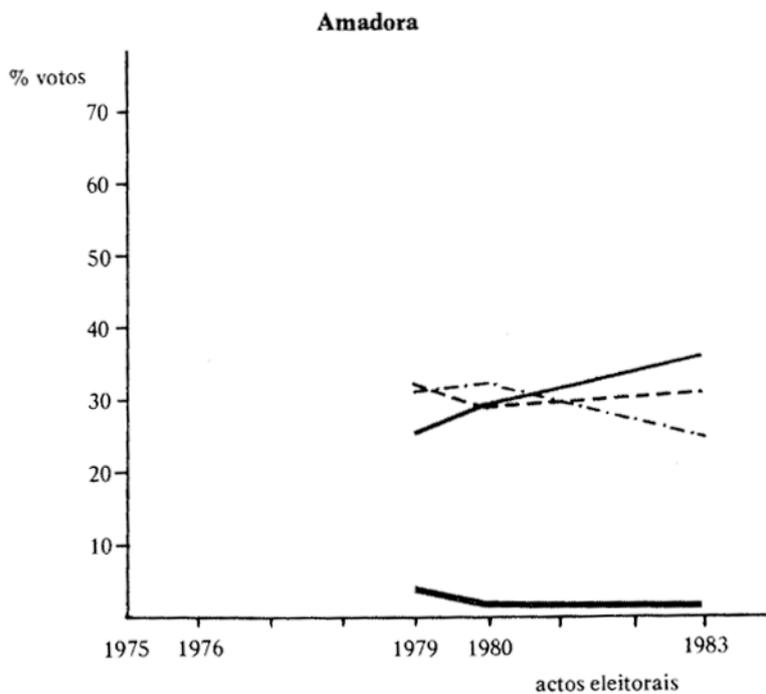
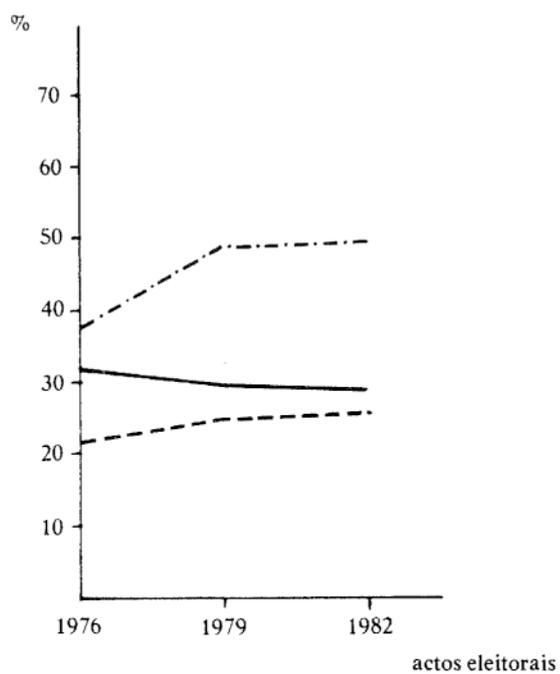


Gráfico: Eleições para as câmaras municipais
Cascais



Lisboa

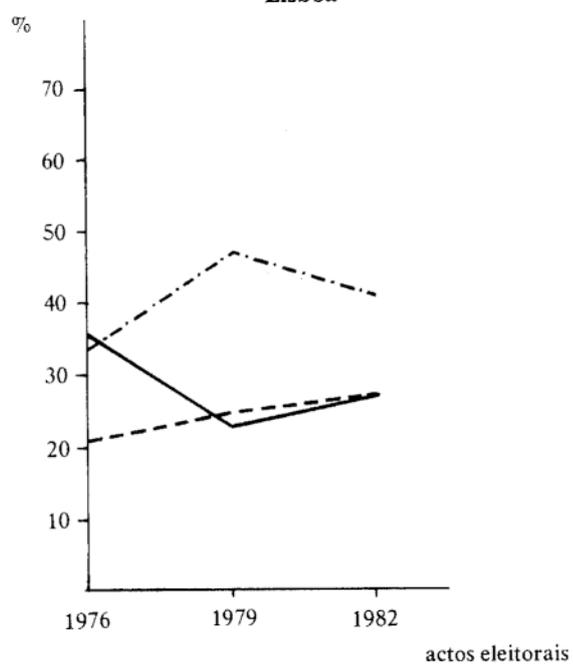
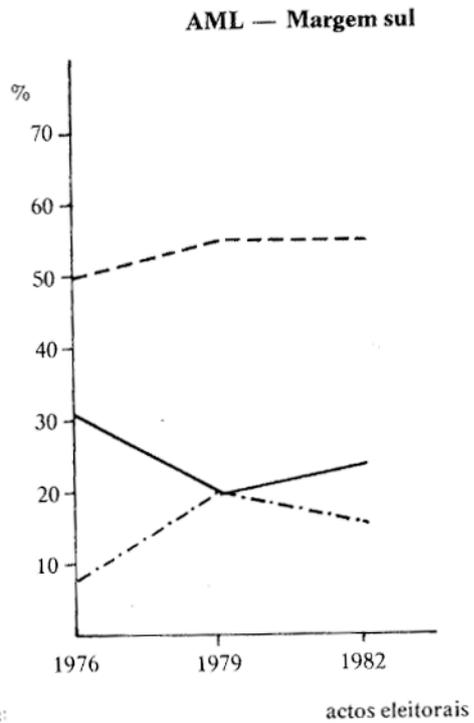
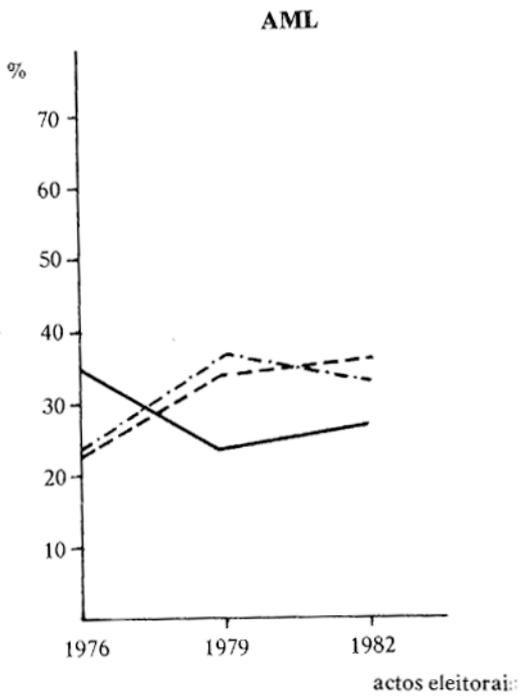
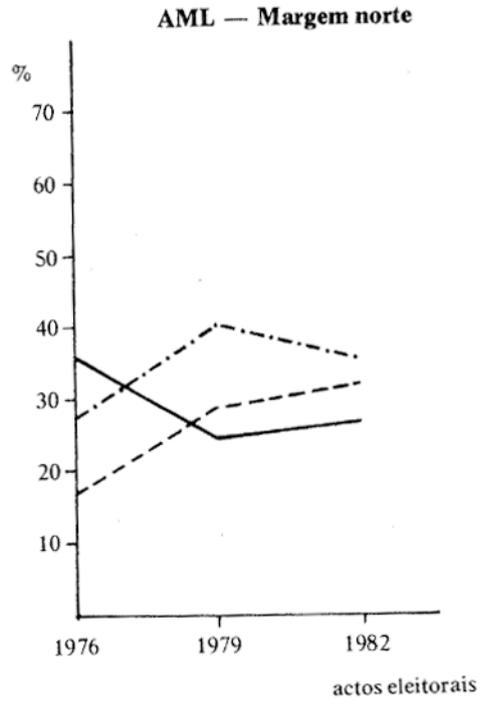
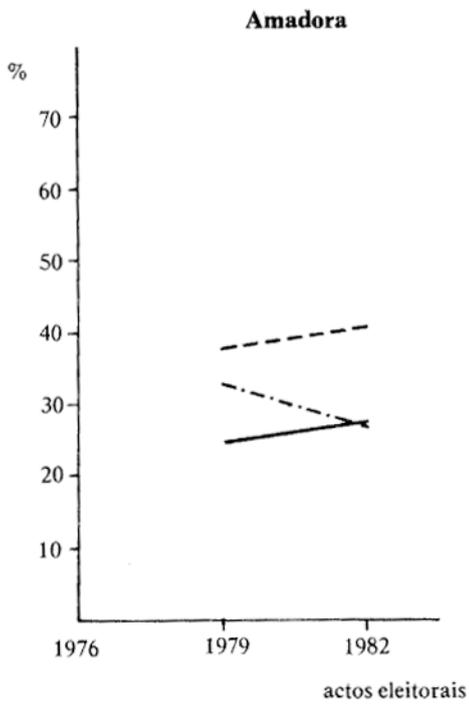
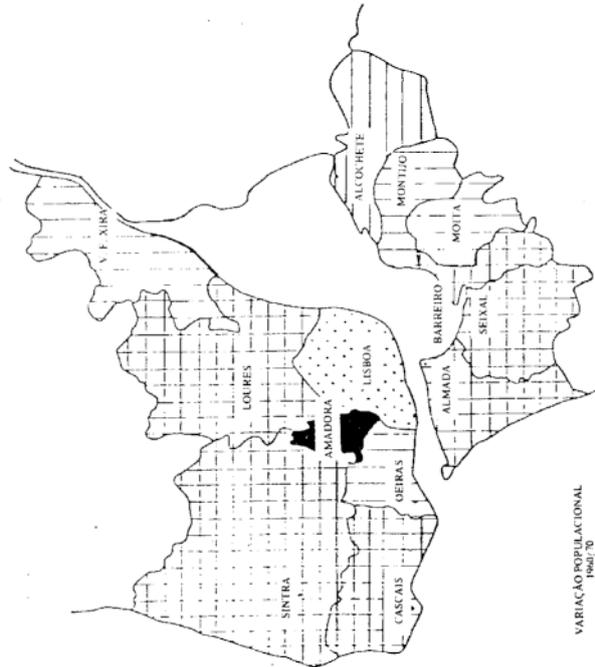


Gráfico: Eleições para as câmaras municipais

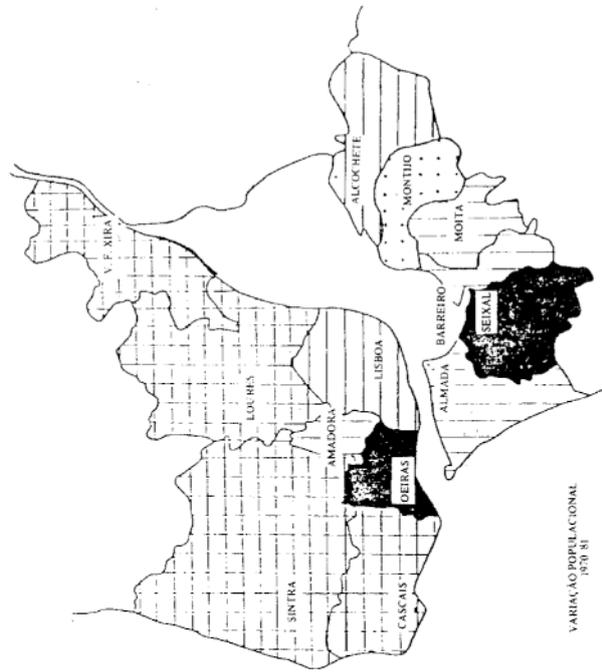


Mapa 1

Evolução da população nos concelhos
1960/70



Evolução da população nos concelhos
1970/81



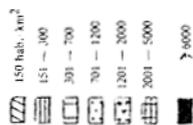
Mapa 2

Densidade Populacional nos Concelhos

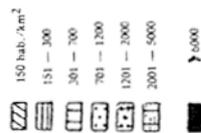
1960



1970



1981



Mapa 3

Fluxos de população activa do concelho de residência
para o concelho de trabalho
(em percentagem do total da população activa residente)
1981



1. AMADORA



2. CASCAIS



3. LISBOA



4. LOURES



5. OEIRAS



6. SINTRA



7. V. F. XIRA



8. ALCOCHETE



9. ALMADA



10. BARREIRO



11. MOITA



12. MONTEJO



13. SEIXAL